



**Internacionalista, Classista,  
Revolucionário e Independente  
*dos patrões e dos governos!***

**MOVIMENTOS** + pag/8

**Greve da educação  
federal se fortalece!**

*Ampliar o movimento com  
grandes mobilizações de rua!*

**SINDICAL** + pag/14

**BUROCRACIA DA APEOESP ESCANCARA A SUA  
COLABORAÇÃO COM O GOVERNO, MANOBRA  
A ASSEMBLEIA PARA IMPEDIR A GREVE**

**Unidade burocrática das direções,  
divisionismo das organizações e das lutas**

**EDITORIAL**  
+ pag/3

**A partir das reivindicações, unificar  
as massas para enfrentar com a luta  
de classes os governos e os patrões**

**INTERNACIONAL**

**ARG/REVOLTA  
UNIVERSITÁRIA**



**Rebelião das  
universidades  
públicas contra  
os ajustes**

+ pag/25

**NACIONAL** + pag/5

**Governo Lula lança pretenso programa  
de reforma agrária intitulado  
"terra da gente": *mais demagogia***

**NACIONAL** + pag/7

**O AGRONEGÓCIO,  
AS FUMAÇAS  
E A DEVASTAÇÃO  
AMBIENTAL  
EM RORAIMA**

**NOTAS HISTÓRICAS**



**76 anos da Nakba  
(catástrofe) do  
povo palestino**

pag/18

**PALESTINA**

**Pela derrota do sionismo e do imperialismo!**

**UCRÂNIA**

**Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!**

# Unidade burocrática das direções, divisionismo das organizações e das lutas

O 1º de Maio em São Paulo deste ano mostra bem o divisionismo que impera na organização dos explorados, de um lado; e o divisionismo das organizações e movimentos, de outro.

Três manifestações separadas: uma, governista, realizada pelas maiores centrais sindicais e partidos da base do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin – com a presença de políticos e partidos da direita considerada aliada do governo, e com objetivos eleitorais de fortalecimento das candidaturas dessa frente burguesa; outra, da chamada “oposição de esquerda”, convocada pela CSP-Conlutas, PSTU e satélites, com o objetivo de fazer uma manifestação de oposição ao governo e à extrema-direita, mas no campo eleitoral – fortalecer as candidaturas do chamado “polo classista”; uma terceira, a tradicionalmente realizada na Praça da Sé, que antes se chamava de “internacionalista, classista e independente dos patrões e dos governos”, mas que, hoje, está sob clara influência política de setores que a usam como meio de disputa eleitoral – combater o chamado “fascismo” dos governos estadual e municipal, e defender as candidaturas de “esquerda”, além de acobertar politicamente a responsabilidade dos governos federal nas mazelas sofridas pela população assalariada.

Percebe-se que todas as três manifestações têm um conteúdo de disputa eleitoral, nesse ponto, existe uma unidade entre elas. É uma unidade burocrática, não é resultado de uma unidade das massas, ainda que fosse eleitoral. Também existe uma unidade em rebaixar ou ocultar as reivindicações dos explorados, de modo a não prejudicar os interesses eleitorais. E mais uma unidade, que é a de apontar que, por diversas formas, é possível defender as reivindicações das massas através da disputa eleitoral, pressão parlamentar, ou judicialização das lutas, subordinando ou em oposição aberta aos métodos da luta de classes.

O pretexto de alguns, para essa conduta miserável, é a de que a extrema direita é um perigo, e que a forma de evitar que ela volte ao poder é defender com unhas e dentes o atual governo, que não passa de uma unidade da esquerda com a direita burguesa, na qual a esquerda comparece subordinada. Abandonam as reivindicações das massas, mesmo aquelas mais sentidas e imediatas, como emprego e salários, em nome da defesa de um governo burguês cuja política econômica é de ataques às massas, às suas condições de vida e trabalho, em nome do sustento do parasitismo financeiro e de maior superexploração do trabalho assalariado.

Para outros, tudo deve estar subordinado ao combate ao “fascismo”. Os governos municipal e estadual de São Paulo seriam “fascistas”. Daí a conclusão que tudo deve estar subordinado ao combate ao “fascismo”, e à defesa da democracia burguesa, até mesmo as necessidades mais sentidas das massas. Embora Tarcísio de Freitas seja um tipo fascista, um político de extrema direita em seu discurso, seu governo não pode ser precisamente caracterizado de fascista. Não é um governo de anulação do parlamento

***O pretexto de alguns, para essa conduta miserável, é a de que a extrema direita é um perigo, e que a forma de evitar que ela volte ao poder é defender com unhas e dentes o atual governo, que não passa de uma unidade da esquerda com a direita burguesa, na qual a esquerda comparece subordinada.***

(o qual maneja com tranquilidade), nem voltado à destruição das organizações das massas. É um governo que está empenhado em desenvolver profundamente as medidas necessárias para preservar os lucros capitalistas em meio à crise econômica mundial: acelerar as privatizações, cortar gastos em serviços sociais públicos, aumentar o poder repressivo policial. Como a burguesia paulista é uma das mais reacionárias do país, Tarcísio se beneficia de uma ampla maioria parlamentar, assim como o faz Ricardo Nunes, o prefeito da capital. É a democracia burguesa o instrumento que utilizam os dois políticos da extrema direita para impulsionar seus ataques aos salários, empregos e direitos. E boa parte da esquerda pretende usar essa mesma democracia burguesa... contra os interesses mais gerais e imediatos da burguesia! Está fadada ao fracasso mais absoluto.

O PSTU e seus satélites buscam uma via de “oposição de esquerda” aos dois campos burgueses que se apresentam eleitoralmente. Diante da democracia burguesa cada vez mais estreita, por conta das bases econômica e social que a sustentam, em decomposição, o centrismo busca cavar uma

**FOLHET**

**Inviabilidade da**

**DEMOCRACIA BURGUESA**

**“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”**

**Adquira com nossos militantes!**

cunha eleitoral aí nesse meio. Enquanto expressão política da pequena burguesia radicalizada, o centrismo não será capaz de expressá-la em sua maior parte eleitoralmente. No campo da disputa eleitoral, a burguesia, com suas frações, arrasta a maioria a apoiar este ou aquele candidato, absolutamente comprometidos com as forças econômicas que os sustentam. Boa parte da classe média reacionária votará no bolsonarismo direitista. Uma parte mais empobrecida vai votar no petismo, sendo o psolismo um derivado dessa equação. Um setor vai votar contra o bolsonarismo, em qualquer candidato. O PSTU não tem a força econômica, nem a penetração nas massas, capazes de projetar suas candidaturas. Também vai fracassar, e arrastar com ele alguns satélites desavisados. Mas o fundamental nem é isso. O fundamental é que aponta para as massas a mesma saída institucional defendida por aqueles a quem se opõe “pela esquerda”.

As massas sofrem com uma série de problemas, parte deles próprios do capitalismo em decomposição, parte deles vindos dos ataques recentes aos salários, empregos e direitos, por meio de contrarreformas e pacotes. Um quarto das moradias brasileiras convive diariamente com o problema da fome, enquanto o governo Lula/Alckmin lhe mantém com um salário mínimo miserável. Metade dos assalariados brasileiros trabalha sem direitos trabalhistas, hoje, em relações de trabalho precarizadas. As privatizações servem aos capitalistas para embolsar fortunas, enquanto os serviços só pioram e ficam mais caros. O número de moradores de rua só aumenta, enquanto existem dez vezes mais imóveis fechados (dados da capital paulista). As violências nos bairros pobres, raciais, sexuais, a menores, só têm aumentado, apesar das leis de proteção. O narcotráfico progride, em meio à destruição física e mental da juventude. Povos indígenas e a natureza são destruídos, de acordo com os interesses de capitalistas, legais e ilegais.

É plenamente possível construir um movimento unitário das massas para enfrentar essa situação, a partir dos métodos da luta de classes. Os

ataques dos capitalistas são centralizados e atingem a maioria oprimida simultaneamente. Alguns setores reagem, fazem movimentos, greves e manifestações, mas são mantidos isolados, divididos pelas direções. Podem-se ver greves de categorias irmãs, com reivindicações idênticas, mantidas isoladas lado a lado pelas direções burocráticas.

***As forças da História são maiores que as dos aparatos burocráticos, mas dependem também da presença e ação política da militância do partido revolucionário.***

Vimos há algumas semanas que os professores do estado do Ceará não conseguiram que sua proposta de greve fosse votada em uma assembleia, porque a direção sindical a impediu burocrática e autoritariamente. As bases foram para cima da direção e a expulsaram aos pontapés do local. Mas não recompuseram imediatamente a assembleia para continuar a discussão e a aprovação das medidas necessárias, dentre elas a greve. O fato mostrou a ausência de uma fração revolucionária capaz de realizar essa tarefa ali. O partido revolucionário só pode passar de potencialmente revolucionário para efetivamente revolucionário se consegue dar expressão às tendências revolucionárias instintivas presentes nos movimentos.

A contradição entre o divisionismo burocrático e eleitoreiro das direções sindicais e a necessidade da mais ampla unidade das massas na luta de classes em defesa das suas reivindicações gerais e específicas leva a que as lutas possam ainda ser, de um lado, contidas ou derrotadas, mas também, de outro lado, leva à superação da política das direções e conquista da unidade classista e independente dos patrões e governos. As forças da História são maiores que as dos aparatos burocráticos, mas dependem também da presença e ação política da militância do partido revolucionário.

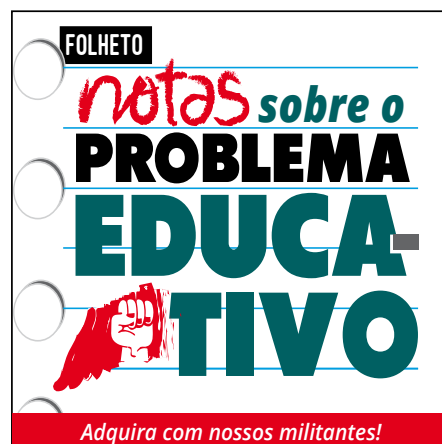
As condições objetivas do capitalismo em decomposição empurram as massas para as lutas no mundo todo. As mobilizações em defesa dos

palestinos alcançam todos os rincões, até mesmo onde o sionismo e o imperialismo impõem seus domínios, como nos EUA. As centenas de prisões de estudantes nas universidades, em onze estados ianques, não destruíram seu movimento. Mas ainda é preciso estendê-lo às fábricas, especialmente àquelas de produção de armamentos e insumos voltados à exportação para

Israel, e também para a Ucrânia.

A contradição entre as tendências de lutas das massas no mundo e as atitudes cúmplices de todos os governos em relação ao genocídio em Gaza demonstra a necessidade de voltar as bandeiras corretas de estrangulamento do enclave do imperialismo no Oriente Médio – Israel –, e de derrota militar do sionismo e imperialismo em toda parte – também na Ucrânia – como reivindicações das massas a serem defendidas e conquistadas por meio da luta de classes mundial, em cada um e em todos os países.

O internacionalismo hoje se traduz de forma prática e concreta na luta do proletariado mundial contra a burguesia mundial. Cada passo avante dado pelo imperialismo em qualquer parte do mundo, assim como dos governos nacionais a ele subordinados, será à custa de ataques às condições de vida e trabalho das massas. Cada derrota sofrida pela burguesia em cada um e em todos os países aproximará o proletariado da revolução socialista em toda parte. ●



# Crise na gestão da petrobrás evidencia posição pró-imperialista do governo federal

A recente crise na alta cúpula da Petrobrás, sobre a distribuição de dividendos, quase levou à demissão do presidente da empresa, Jean Paul Prates.

Isto porque a empresa teve no ano de 2023 um lucro líquido de R\$ 124,6 bilhões, o segundo maior na história da Petrobrás, abaixo apenas do lucro líquido de R\$ 188,3 bilhões, de 2022. O lucro recorde, resultado do alto preço do petróleo no mercado mundial e da manutenção da política de preços vinculados ao mercado internacional, abriu a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários (acima do mínimo que a lei obriga) bilionários aos acionistas (a maior parte recebida por fundos de investimentos estrangeiros, e o governo federal recebe 28,67%).

”

...

**Agora que o Governo de Lula/Alckmin aplica a mesma política pró-imperialista o silêncio das entidades sindicais é traidor e colaboracionista. Recusam-se a criticar o governo que ajudaram a eleger.**

Uma ala do governo, representada pelos Ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa, estava defendendo que a Petrobrás não fizesse o pagamento de dividendos extraordinários e utilizasse o montante, aproximadamente R\$ 43 bilhões, para reforçar o caixa da empresa, e realizar investimentos no setor. Por outro lado, a ala mais abertamente entreguista, representada pelo próprio

Jean Paul Prates e pelo Ministro da Economia, Fernando Haddad, defendeu que houvesse o pagamento de dividendos extraordinários.

Na primeira votação no Conselho da Petrobrás, ocorrida em 07/03, venceu a tese da retenção dos dividendos. Jean Prates teve sua posição derrotada com o voto de 5 dos 6 conselheiros indicados pelo governo federal. No dia seguinte, sob pressão dos acionistas estrangeiros, fundos de pensão e do imperialismo, a Petrobrás perdeu R\$ 56,5 bilhões em valor de mercado, com a queda de 12,71% de suas ações na bolsa.

Após este episódio, se abriu uma crise no interior da gestão da Petrobrás, que quase culminou com a demissão do presidente.

No entanto, após a aprovação da retenção dos dividendos, durante todo o mês de março e abril, as contas do governo federal se deterioraram. O Governo Federal anunciou, por exemplo, o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões. Este fato foi preponderante para que Lula apoiasse a posição de Haddad e fizesse uma intervenção para que houvesse o pagamento de dividendos extraordinários. Em reunião do Conselho de Administração em abril, foi aprovada a autorização para a distribuição, que foi confirmada em Assembleia dos Acionistas no dia 25/04, com a aprovação do pagamento de R\$ 22 bilhões de imediato (dos quais R\$ 6 bilhões vão para o Governo Federal) e abriu-se ainda a possibilidade de que, durante o ano, ocorram outros pagamentos de dividendos extraordinários, revelando como o capital financeiro, de forma direta, pela ação dos acionistas, ou indireta, pela ação de Lula/Haddad, continua a sugar as riquezas nacionais

## POLÍTICA DE ALTOS DIVIDENDOS É PRÓ-IMPERIALISTA

As entidades sindicais dos petroleiros, incluindo as duas federações (FUP/CUT e FNP) denunciaram, durante os governos Temer e Bolsonaro, que a política de vinculação dos preços dos combustíveis ao mercado mundial servia para beneficiar o capital estrangeiro, seja garantindo os lucros das empresas importadoras de combustíveis, seja garantindo altos lucros, que eram drenados por meio de dividendos para os fundos de investimentos estrangeiros. Ao mesmo tempo que os investimentos foram reduzidos à mínima histórica.

Agora que o Governo de Lula/Alckmin aplica a mesma política pró-imperialista, o silêncio das entidades sindicais é traidor e colaboracionista. Recusam-se a criticar o governo que ajudaram a eleger.

Somente a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) manteve a crítica, denunciando que o governo continua com o PPI e a política de pagamentos de altos dividendos, ainda que menores do que os governos anteriores. Em um artigo de 08/03, por exemplo, Felipe Coutinho, presidente da AEPET, demonstra que, no ano de 2010, a Petrobrás pagou R\$ 5,6 bilhões de dividendos, e investiu R\$ 48,25 bilhões. Já em 2023, foram R\$ 20,25 bilhões em dividendos, e R\$ 8,7 bilhões em investimentos.

**A política operária, defendida pelo PPRI, é de reestatização da Petrobrás e das subsidiárias privatizadas, sem indenização, com controle operário coletivo, que determinará os preços dos combustíveis e a taxa de investimento de acordo com as necessidades da maioria oprimida, e não das multinacionais e dos acionistas!** ●



ppri4.org / ppri.partido  
ppri.partido@proton.me  
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //  
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me



## Governo Lula lança pretenso programa de reforma agrária intitulado “terra da gente”: mais demagogia

O MST realizou, em abril, 32 ocupações de terra, em 15 estados. A “Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária” ou “Abril Vermelho”, além de lembrar o massacre de Eduardo dos Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1999, visa, segundo palavras do próprio movimento, a “superar a paralisia do Governo Federal” na aplicação da reforma agrária.

Em resposta, após um ano e quatro meses de mandato, o Presidente da República, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o presidente do INCRA realizaram uma cerimônia em Brasília, para lançar o pretenso programa de reforma agrária, intitulado “Terra da Gente”, com a publicação do Decreto 11.995/2024, que, segundo o programa anunciado, tem a estimativa de, até 2026, beneficiar 295 mil famílias.

A essência do Programa é organizar juridicamen-

te a entrega de terras aos camponeses, pela via que não seja a desapropriação (via principal prevista na Constituição de 1988), o que o Governo chamou de “prateleira de terras”, como por exemplo: I) doação em pagamento, que é quando o devedor entrega terras para a União para quitar dívidas; II) adjudicação, que é quando a União penhora terras por dívidas; III) reversão à união de terras indevidamente invadidas por grileiros; IV) áreas sob domínio do INCRA; V) imóveis de empresas públicas, etc.

Para 2024, o MST reivindicava o orçamento mínimo de R\$ 2,8 bilhões para o INCRA. O governo Lula, no entanto, aprovou um montante cinco vezes menor, de apenas R\$ 520 milhões, sendo o menor de todos os governos petistas. Diante do estrangulamento do orçamento para os gastos sociais, o governo burguês de Lula/Alckmin precisa, para cumprir o Arcabouço Fiscal,

entre outras coisas, arrochar os salários dos servidores federais, e diminuir a níveis de mínimos históricos o orçamento do INCRA. Assim, o Programa “Terra da Gente” é expressão do esgotamento das desapropriações de terras por falta de orçamento.

O Coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Carlos Lima, denunciou corretamente que o programa é de “quem não tem a intenção de fazer reforma agrária”, porque “não pune os latifúndios” e que não há previsão de verbas para as desapropriações.

A verdade é que a reforma agrária, no sentido de entregar a terra aos camponeses pobres, é inviável pela via da desapropriação, ou seja, reconhecendo a propriedade privada com a previsão de vultosas indenizações. Na história, a liquidação do latifúndio e entrega de terra aos camponeses, ou foram realizadas no curso das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, ou

*a reforma agrária, no sentido de entregar a terra aos camponeses pobres, é inviável pela via da desapropriação, ou seja, reconhecendo a propriedade privada com a previsão de vultosas indenizações.*

no interior das revoluções proletárias (como nos casos da Rússia, China, Cuba, etc.). O PT, desde suas origens, levantou a bandeira da Reforma Agrária pela via da desapropriação, conciliando com o latifúndio e com o agronegócio. Agora, este caminho mostrou o seu completo esgotamento, mostrando sua inviabilidade de sua realização nos países de capitalismo atrasados. ●

### RELATÓRIO “CONFLITO NO CAMPO 2023” DA CPT APONTA AUMENTO RECORDE DA VIOLÊNCIA REACIONÁRIA

O Programa “Terra da Gente” também é demagógico em outro objetivo, o de “contribuir para a promoção de paz no campo”. Isto no mesmo momento em que a CPT divulgou os dados do relatório “Conflito no Campo 2023”, que levantou 2.203 ocorrências de violência reacionárias (invasões, expulsões, despejos, pistolagem, etc.), sendo o número mais alto desde 1985, quando a CPT iniciou a série histórica, superando os anos do governo do ultradireitista Bolsonaro. Os autores da violência reacionária foram em 31,2% dos casos fazendeiros, 19,7% empresários, 11,2% o governo federal, 9% grileiros e 8,2% governos estaduais. 2.163 famílias foram expulsas de suas terras. As vítimas, por sua vez, foram 29,6% os povos indígenas, 18,7% posseiros, 17,5% trabalhadores rurais sem terra, 15,1% quilombolas

e 6,7% assentados.

O Relatório destaca que a violência reacionária dos governadores, por meio da polícia militar, dobrou de 2022 para 2023, sendo os estados mais violentos os de Goiás que tem Ronaldo Caiado (União) como governador e o da Bahia, governado por Jerônimo Rodrigues (PT). Outro destaque é o número de ações de pistolagem (reação paramilitar), que também dobrou, principalmente na Bahia, onde existe inclusive um movimento intitulado “Invasão Zero”, organizando capangas que atuam sob a proteção da polícia militar.

O número de homicídios diretamente vinculados a questão da terra caiu de 47 (2022) para 31 (2023). Dos mortos, 14 eram indígenas, 9 trabalhadores sem terra, 4 posseiros, 3 quilombolas e 1 funcionário público. ●

# Inflação dos alimentos e contenção de gastos pelo governo federal

## INFLAÇÃO E FOME PARA AS MASSAS

Enquanto o IPCA, índice oficial da inflação, continuou baixo no primeiro trimestre, em 1,46%, desde outubro de 2023 se viu o preço dos alimentos subirem sem parar, até atingir dois dígitos de inflação. Só nos dois primeiros meses do ano, o preço dos alimentos da cesta básica já havia acumulado alta de 2,95% contra a inflação de 1,25%. Os alimentos básicos, como cebola, cenoura, leite, arroz e frutas, ultrapassaram os 10% de inflação: cenoura, 56,99%; banana prata, 17,45%; feijão carioca, 15,27%; arroz, 10,32%. Em fevereiro, a alta anualizada estava em 1,77%.

O governo culpa as adversidades climáticas pela diminuição das colheitas, cujas safras devem ser 8% menores, entre 2023/2024, em relação ao período anterior. Mesmo que a alta dos preços, em março, tenha sido menor do que nos dois primeiros meses, o preço dos alimentos segue em patamar elevado em todo o mundo. Segundo a FAO, órgão da ONU, o preço disparou, entre 2021 e 2022, tendo recuado um pouco em 2023, estando mais de 28 pontos acima da média estabelecida entre 2014 a 2016. Situação que só piora a situação da fome no mundo, cuja erradicação, segundo as metas da ONU, não será mais alcançada em 2030, como se projetou, de forma demagógica, anteriormente.

No Brasil, os dados de 2024 mostram que 13 milhões deixaram de passar fome (estavam na chamada “insegurança alimentar grave”), após o valor ultrapassar os 33 milhões no início de 2022, no entanto, 40% dos brasileiros, em outubro de 2023, indicavam, em pesquisa do IBPAD, que sentiam falta de alimentos em casa, o que sugere números muito maiores da fome no país.

Os governos, de direita ou de esquerda, que só se apoiam nas políticas assistencialistas, de bolsas, não podem nem combater a fome de forma geral, nem impedir que a inflação atinja os mais pobres, que consomem basicamente alimentos, e sempre sentem a inflação muito superior aos dados oficiais.

***A defesa da escala móvel de reajuste dos salários é a bandeira geral que pode fazer frente ao aumento dos preços, com o reajuste correspondente dos salários.***

***Combater, no entanto, a fome e a inflação é combater o desemprego e o arrocho salarial, o que exige a luta pela escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho. Defender emprego a todos e o reajuste automático dos salários, quando se aumentam os preços dos alimentos e dos itens básicos de sobrevivência, é a defesa da vida das massas.***

A defesa da escala móvel de reajuste dos salários é a bandeira geral que pode fazer frente ao aumento dos preços, com o reajuste correspondente dos salários. O que, no passado, foi defendido como “gatilho salarial” não é mais nem lembrado pelas burocracias e direções sindicais, que abandonaram a luta contra a fome e as consequências da inflação. Combater, no entanto, a fome e a inflação é combater o desemprego e o arrocho salarial, o que exige a luta pela escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho. Defender emprego a todos e o reajuste automático dos salários, quando se aumentam os preços dos alimentos e dos itens básicos de sobrevivência, é a defesa da vida das massas. Em torno dessas bandeiras, que combatemos os capitalistas e os governos, que descarregam o peso da crise capitalista, o que inclui, hoje, a crise climática e suas consequências na agricultura. Lutar por essas bandeiras com os métodos da ação direta (passeatas, atos, ocupa-

ções e greves) é fundamental na situação presente.

## MAIS ATAQUES AOS SERVIÇOS POR MEIO DA REDUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Os mecanismos para combater a inflação e a fome, como maior investimento nos setores produtivos, são descartados pelo governo, que tem seu orçamento anual estrangulado pelo Arcabouço Fiscal e pela meta de déficit zero.

Depois de bloquear R\$ 2,9 bilhões do orçamento deste ano, o governo busca novas formas de aumentar a arrecadação e alcançar a meta estabelecida pelo novo regime fiscal, que busca zerar a relação entre receitas e despesas, para, em 2025 e 2026, gerar ainda superávit primário, isto é, receitas a mais, para pagar mais juros para a Dívida Pública (que já deve consumir R\$ 700 bilhões neste ano).

Mais fontes de arrecadação têm gerado uma receita maior, mês após mês em 2024, mas o crescimento de gastos obrigatórios também tem ocorrido, como se avalia em relação à Previdência e Assistência Social. Na verdade, alguns números podem ter sido subestimados, quando da elaboração da Lei orçamentária, e o governo pode ainda acabar próximo do limite do déficit teto, de mais de R\$ 28 bilhões. Para a Consultoria de Orçamento e Finanças da Câmara, o déficit pode atingir até 0,60% do PIB, o que seria um déficit primário de R\$ 70 bilhões, mais que o dobro do permitido pelo Arcabouço fiscal. Para evitar isso, o governo teria de aumentar a arrecadação ou cortar e bloquear recursos na ordem dos R\$ 41 bilhões, no presente ano. Não se espera que o crescimento das receitas do primeiro trimestre continue ao longo do ano, porque algumas delas são extraordinárias, como os dividendos da Petrobrás.

Por isso, a recusa do governo em dar o reajuste ao funcionalismo público, bem como a ação de manter a DRU, que retira recursos da educação e da saúde, que terminaria em dezembro

de 2023, mas foi estendida até 2032, reafirma que não se trata sequer de um governo “reformista”, que busca manter os serviços públicos. No caso da educação, a DRU pode retirar até 30% dos percentuais constitucionais (18% para a União, 25% para municípios e estados), impactando anualmente no orçamento das redes de ensino.

Temos afirmado que os R\$ 2,9 bilhões já bloqueados devem ser aumentados ao longo do ano. Mesmo que o governo venha a ceder alguma migalha para o movimento grevista do funcionalismo público federal, deve cortar verbas de mais ministé-

rios, para fazer frente ao déficit primário e contrabalancear a perda. Não há muita possibilidade de movimento possível para o governo, ao manter a política do parasitismo financeiro, da austeridade fiscal.

O movimento grevista da Educação federal, que precisa ser acompanhada pelo conjunto do funcionalismo, e mesmo pelo conjunto dos trabalhadores, pode ter um papel progressivo, se conseguir dobrar o Arcabouço fiscal, impondo o reajuste salarial exigido e a recomposição das verbas para os ministérios, já estrangulados pelo orçamento aprovado em 2023.

Se, de um lado, o governo mantém a fome, a inflação, o estrangulamento dos serviços sociais e o arrocho do funcionalismo; de outro, o movimento grevista do funcionalismo pode se chocar contra os alicerces da política econômica, do Arcabouço Fiscal, ao defender, pela luta de classes, os serviços e os servidores. Uma luta geral mostraria à população o sustento do parasitismo financeiro e a necessidade de não pagamento da Dívida Pública, isto é, uma luta em ruptura contra os interesses do grande capital nacional e internacional, e em defesa da vida das massas. ●

## O AGRONEGÓCIO, AS FUMAÇAS E A DEVASTAÇÃO AMBIENTAL EM RORAIMA

O estado de Roraima tem enfrentado o agravamento de diversos problemas ambientais, desde o início de 2024, com a seca do Rio Branco, principal rio do estado, com as grandes queimadas, que atingiram 9 dos 15 municípios roraimenses, colocando-os em situação de emergência ambiental. Para se ter uma ideia, em fevereiro deste ano, Roraima concentrou 45% dos focos de queimada de todo o país.

As fumaças das queimadas se espalharam por várias semanas, na cidade de Boa Vista e em outros municípios, o que deixou a qualidade do ar em péssimas condições, afetando ainda mais a população mais pobre, que mal tem acesso à saúde.

Mesmo com o ar insalubre, com grandes perdas ambientais e perdas materiais dos povos indígenas e trabalhadores do campo, e do calor insuportável, o governo emitiu 55 licenças de queimadas, conforme denunciou o Greenpeace. E, em meio às denúncias de queimada, o governo também se posicionou afirmando não ter verbas para o seu combate, disponibilizando pouco mais de 300 profissionais para isso, quando a situação das queimadas já estava alarmante, com 1.691 focos em todo o estado.

É evidente a inexistência de qualquer medida concreta para combate efetivo à devastação ambiental. Por trás da ineficiência do governo, predominam os interesses do agronegócio,

de que o próprio governador faz parte.

O governador Denarium (PP) é um empresário da área, que não só atende seus próprios interesses, como o dos demais empresários do agro. Denarium é um dos sócios-fundadores de projetos agropecuários, como o “Frigio10”, maior frigorífico do estado, e da “Coopecarne”, uma cooperativa dos grandes produtores agropecuários. No ano passado, em 2023, o governo de Roraima contratou um pecuarista, dono da “Agropecuária Garrote” e sócio de Denarium na “Frigio10”, que já fez uso de sementes transgênicas e agrotóxicos em terras indígenas, ignorando as leis e até convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário.

As evidências da relação entre o governo do Estado e o agronegócio não demonstram apenas uma parceria entre estado e empresários, mas que há negócios do próprio governador na produção agropecuária. Denarium é fazendeiro, criador de gado, produtor de milho e soja. Como político, e articulador dos interesses do agronegócio, o governo segue rigorosamente a agenda ruralista. Os resultados para os agropecuários são excelentes. Em 2022, a safra de grãos cresceu 34,95%, em relação ao ano anterior, e a produção bovina aumentou 40%.

Além disso, Denarium já assinou doações de terras públicas para sócios do “Frigio10”, emitiu licenças ambien-

tais para queimadas, repassou milhões para empresas de produção agropecuária, como a “Garrote”, e criou leis que favoreceram a compra de terras públicas por produtores rurais.

No mesmo ritmo que avançam os interesses do agronegócio, retrocedem os direitos dos povos indígenas que, muitas vezes, são ludibriados com a ideia de progresso e de investimento em suas terras. Assim, o governo aplica projetos nas terras indígenas, conseguindo autorização das próprias lideranças, e usando os próprios indígenas como mão-de-obra.

As mudanças climáticas, a seca extrema dos rios e o calor extremo atingem de forma violenta os povos indígenas e, de forma indireta, a população pobre das cidades, que já sofrem com outros problemas sociais. Observar a realidade concreta leva à compreensão de que os interesses materiais entre o agronegócio, que tem seus negócios gerenciados pelo estado, e os dos povos indígenas e da população trabalhadora do campo, são inconciliáveis. Por isso, as lutas não podem se submeter à conciliação dos movimentos com os governos ou com o parlamento, mas devem ocorrer de forma independente, denunciando o conluio entre o Estado e essas frações capitalistas, para que o conjunto da população pobre, bem como os indígenas em seus territórios, tenham garantidos seus direitos e condições de vida dignas. ●





## Greve da educação federal se fortalece!

***Defender os serviços e os servidores públicos contra o congelamento salarial imposto pelo Arcabouço fiscal!  
Ampliar o movimento com grandes mobilizações de rua!***

Com a entrada do ANDES-SN, em 15 de abril, a greve da educação federal se fortaleceu, e está em ascensão. Agora, nacionalmente, professores e técnicos de universidades e institutos federais estão paralisados e em unidade com algumas greves estudantis, a exemplo do movimento na UFPR.

A greve dos técnicos em educação iniciou-se em 11 de março, e mantém-se forte, como a maior dos últimos anos, com adesão que ultrapassa os 80%, segundo a FASUBRA, e com atividades grevistas nas ruas desde o seu início. O SINASEFE também realiza uma das maiores paralisações do último período, quando mais de 500 unidades, das 682 unidades dos institutos federais, interromperam suas atividades e ingressaram no movimento grevista. No caso do ANDES-SN, que entrou tardiamente, já estão em greve 40 das 68 universidades existentes, com perspectiva de ampliação das paralisações na primeira quinzena de maio.

Esse quadro de greve de toda a educação federal é parte do descontentamento geral do funcionalismo, diante do arrocho salarial e do estrangulamento de verbas para os serviços públicos. A força do movimento nasce proporcionalmente e em oposição à determinação do governo em manter o congelamento para sustentar o parasitismo financeiro (o déficit zero do Arcabouço fiscal). O fato de o governo insistir em manter o zero de reajuste

para o funcionalismo em 2024 (mesmo aumentando os índices de reajuste entre 2025 e 2026) demonstra sua determinação em não aumentar o rombo final do orçamento, que veio subestimado em relação às despesas obrigatórias. A mesma atitude vimos quando buscou e busca rever os recursos com a oneração de 17 setores da folha de pagamento, e com a virada de posição em relação a receber os dividendos do lucro extraordinário da Petrobras.

Acontece que o governo foi eleito com o aval do grande capital financeiro nacional e internacional, e continua dependendo dele para manter a plena governabilidade. Embora já tenha reservado R\$ 700 bilhões para pagamento de juros da Dívida Pública, espera chegar próximo do déficit zero e do superávit em 2025 e em 2026 (isto é, mais dezenas de bilhões em pagamento de juros) para atender os interesses da especulação financeira. O movimento grevista se choca objetivamente com essa política, mostrando que os trabalhadores da educação federal não aceitarão pagar pelo parasitismo.

Com efeito, se, de um lado, o movimento grevista coloca contra a parede a política econômica de Lula/Haddad; de outro, precisa responder às possibilidades, também objetivas, de vencer essa política só com a força da educação federal, o que coloca a necessidade de ampliar o movimento para outros setores do funcionalismo federal, também atacados. Vimos, no entanto, já

na última semana de abril, que muitos sindicatos do FONASEFE e do FONACATE (fóruns que agregam todos os sindicatos do funcionalismo) assinaram o acordo com o Ministério de Gestão e Inovação, em relação ao aumento de benefícios, e que ainda se mantêm distantes da aprovação de uma greve conjunta.

O aumento do vale-alimentação, do repasse dos planos de saúde e do percentual de auxílio-creche não resolve a situação de arrocho salarial. Pelo contrário, mantém o arrocho e exclui os aposentados, que não os recebem. Precisamos manter a pauta de reivindicações já aprovada e protocolada, impondo-a por meio das manifestações de rua, das grandes passeatas nas avenidas das capitais, de modo a ganhar parte da população, que poderá compreender que os serviços públicos estão sendo defendidos pelos servidores, ao realizarem uma grande greve nacional. Apenas com os atos em Brasília, com as audiências públicas, o movimento grevista não terá a força e a visibilidade de que necessita para quebrar esse aspecto da política econômica do governo. Sair às ruas, de forma conjunta, massiva, é fundamental para vencermos o governo e arrancarmos nossas reivindicações. ●

***Pela vitória da greve da educação federal! Construir a greve do funcionalismo público federal!  
Abaixo o Arcabouço fiscal!***



## Trabalhadores Portuários Avulsos (TPS's) lutam contra o patronato e a justiça burguesa – abaixo a lei antigreve

Na continuidade da luta em defesa da exclusividade no trabalho portuário, a Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e a Federação Nacional dos Conferentes e Arrumadores (Fencco-vib) convocaram uma paralisação de 6 horas para o dia 18 de abril.

No entanto, tão logo foi anunciada a paralisação de 6h dos portos públicos, os Sindicatos patronais e/ou a Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP), entidade máxima patronal, ingressaram com ações judiciais em todo o país, pedindo que os Tribunais Regionais do Trabalho decidissem pela ilegalidade da greve, por se tratar de uma categoria tida pela legislação como essencial, e por configurar um movimento “de caráter político-trabalhista”.

A Justiça burguesa decidiu, em quase todos os casos, liminarmente, que os movimentos deveriam manter operando 70% da força de trabalho, sob pena de multa de R\$ 200.000,00.

Houve apenas duas exceções: no Porto de Paranaguá, em que o TRT decidiu pela ilegalidade da greve, e determinou que trabalhasse 100% da força de trabalho, sob pena de multa de R\$ 200.000,00 por sindicato; e no Porto de São Sebastião, no qual houve acordo judicial entre os sindicatos e os operadores portuários para trabalhar 50% da força de trabalho.

Mais grave do que a imposição judicial de trabalhar 70% do efetivo com previsão de multas milionárias por descumprimento, foi o que ocorreu em São Sebastião/SP, onde as direções sindicais fizeram acordo judicial com os operadores, para não ter paralisação. Uma coisa é o movimento ser derrotado por uma questão de correlação de forças para levar a paralisação adiante, frente à imposição do Poder Judiciário, outra coisa é a derrota do movimento pela capitulação das direções burocratizadas e conciliadoras.

Diante das medidas repressivas

judiciais, as direções sindicais orientaram as bases a cumprir as decisões. Ainda assim, houve expressivas passeatas e manifestações, principalmente nos maiores portos (Santos e Rio de Janeiro).

Como se vê, a Lei 7.783/890 (Lei de Greve) é na verdade uma lei antigreve. Assim, quando o movimento tende a ganhar força e se radicalizar, o patronato e os governos se apóiam na lei antigreve para quebrar o movimento. Na prática, não existe o “direito de greve” no país. No entanto, o movimento que se subordina à legalidade e ao Poder Judiciário está antecipadamente derrotado. Daí a importância da luta com independência do Estado burguês, centrado nas reivindicações e nos métodos radicalizados de luta. É preciso erguer, de forma consequente, o movimento, lutando também pela revogação da lei antigreve, assim como é necessário combater as direções pelegas que se subordinam aos patrões e à justiça burguesa. ●

### DECLARAÇÃO

19 de abril de 2024

## Por que não assinamos o manifesto de convocatória para o 1º de Maio na Sé

O texto final aprovado no grupo on line da organização do ato do 1º de Maio da Sé não contempla elementos fundamentais discutidos e acordados, de fato não houve qualquer manifestação contrária a posições colocadas na reunião presencial de 17/04, como:

- a) O combate à conciliação de classes;
- b) A defesa dos métodos de luta próprios dos explorados;
- c) A crítica ao salário mínimo de fome;
- d) A crítica ao Arcabouço Fiscal;
- e) A denúncia das PMs pelos assassinatos nas periferias;
- f) A exigência da ruptura de TODOS os acordos com Israel, e não apenas os diplomáticos, que preservam os comerciais, de segurança, militares e acadêmicos.
- g) Não constam as reivindicações que correspondem à situação atual

O texto final é resultado de imposições e ultimatoss de organizações que compõem o ato e que exigiram a retirada de todas as referências a responsabilidades do governo Lula sobre problemas vividos pelos assalariados e suas famílias. Com essa atitude, a crítica aos governos estadual e municipal, isentando o governo federal, constitui campanha eleitoral em favor dos candidatos da frente ampla governamental.

A partir desse método de negação da discussão coletiva presencial e imposição de apoio velado ao governo Lula, a

defesa no texto de um ato classista e independente se torna em palavras vazias, porque se negam a defender na prática o classismo e a independência em relação ao governo federal. Quando se oculta a responsabilidade do governo Lula em ataques sofridos pelas massas por esse mesmo governo, assume-se a posição de cúmplice desses ataques em nome do “combate ao fascismo”. Quando não se exige desse mesmo governo que rompa imediatamente com TODOS os acordos com Israel e aplique as resoluções aprovadas pela ONU contra o estado genocida, acoberta-se sua responsabilidade em manter relações comerciais, de segurança, políticas, etc. que permitem que o estado genocida obtenha fontes de financiamento e continue trucidando milhares de vidas palestinas. Por isso, não podemos assinar o texto de convocação aprovado no grupo online da organização do ato.

O PPRI participará do ato de 1º de Maio da Sé porque é uma referência histórica de manifestação internacionalista, classista e de independência de classe do proletariado e da maioria oprimida. E se esforçará para levar à manifestação as vozes dos oprimidos que sofrem com as medidas de proteção aos capitalistas de todos os governos, bem como suas reivindicações mais sentidas, seus métodos próprios de luta, sua organização com independência de classe e democracia operária, e sua estratégia própria de poder. ●

# Por um 1º de Maio Internacionalista e Classista! Por um 1º de Maio com independência de classe, contra os governos e os capitalistas!

Manifesto PPRI - 1 de maio de 2024

## *Lutar contra a colaboração de classe no Brasil*

Neste 1º de Maio, a classe operária, os trabalhadores assalariados em geral e a juventude têm muito pelo que lutar: as condições de vida das massas só pioraram nos últimos anos e década. O emprego informal e o trabalho por “conta própria” (precarizado) respondem por 2/3 da mão-de-obra ocupada no país. A média salarial atualmente é inferior à média de dez anos atrás, o que significa rebaixamento salarial da força de trabalho. Com as últimas reformas da Previdência (2019) e Trabalhista (2017), os assalariados enfrentam jornadas mais amplas, recebem menos e têm menor perspectiva de aposentadoria.

Esse quadro, produzido pela ação dos governos e dos capitalistas, teve como complemento a conciliação das burocracias sindicais, que não combateram os ataques e a piora nas condições de vida das massas. Houve, sobretudo, na última década e, particularmente, nos últimos anos, profunda colaboração das direções políticas das Centrais e dos sindicatos com os patrões e os governos. Não chegaríamos a esse quadro de destruição de postos de trabalho formais, rebaixamento salarial, perda de direitos, sem que houve a colaboração de classe dos que deveriam defender o operariado e o conjunto dos explorados – as direções políticas sindicais –, com a burguesia e seus governos.

Em especial, no último ano, vimos uma colaboração mais intensa das direções dos sindicatos e das Centrais com o atual governo federal, constituído pela frente ampla burguesa. O governo Lula é de unidade entre as esquerdas e a direita burguesa, no qual as esquerdas participam subordinadas à direita. Como essas direções apoiam e integram mais esse governo do PT, as

“esquerdas” se viram comprometidas a dar “governabilidade” a ele, sustentando-o politicamente em contradição com as reais necessidades mais sentidas dos explorados, obstaculizando ou mesmo se opondo diretamente às necessidades e às lutas que foram surgindo no último período. Entre as traições que as direções sindicais e as burocracias produziram, podemos citar a colaboração com o salário-mínimo de fome, de R\$ 1.320,00 em 2023, e de R\$ 1.412,00, em 2024. Não houve uma só direção sindical que se tenha levantado contra a manutenção da miséria que representa esse salário-mínimo, e que submete a maioria nacional à fome, já que 60% da população vive com até 1 salário. Não houve, igualmente, uma só luta contra a nova política de austeridade fiscal, o Arcabouço fiscal, que é pró-imperialista e pró-capital financeiro. Também foi vergonhosa a atuação das direções das Centrais, sobretudo, da CUT e da Força Sindical, no que se refere à aprovação da Reforma Tributária e do orçamento para 2024. Ambas as Centrais elogiaram o governo por suas propostas, em vez de combatê-lo. Em particular, a Reforma Tributária pesará sobre a classe média, e piorará a situação de municípios e estados mais pobres –, tudo para concentrar mais recursos para a União, que deve despejá-los no ralo sem fundo da Dívida Pública.

Além de não combater o governo federal, que dirige as políticas macroeconômicas que pioram a condição de vida dos trabalhadores, as direções sindicais também não combateram o plano dos capitalistas, que têm fechado postos de trabalho, como no caso da FORD, que fechou todas as suas fábricas no país, ou mais recentemente,

no caso da GM, que demitiu mais de mil operários, e cujas direções políticas apenas negociaram no campo definido pelas próprias multinacionais (“negociação” em torno dos Programas de Demissão Voluntária – PDVs). Agora, em março, vimos como a maioria das Centrais Sindicais (CUT, Força, CGT, CTB) apoiaram o PLC 12/2024, de regulamentação do trabalho dos motoristas de aplicativos, que é um profundo ataque das empresas privadas, donas dos aplicativos, contra as condições de trabalho dos motoristas, que estarão mais submetidos às regras, à excessiva carga horária, e às taxas que os aplicativos impõem. Nada de bom sai da colaboração entre as direções políticas sindicais e os patrões e governos, resultando no quadro de piora geral de vida das massas.

Este 1º de Maio deve servir, então, para combater a política dos capitalistas e dos governos, mas também das direções políticas sindicais que traem os interesses gerais dos trabalhadores, da juventude, e da classe operária, em particular. Este 1º de Maio deve servir para defender um programa de reivindicações, com seus métodos correspondentes, que expresse, de fato, a defesa da vida das massas exploradas e oprimidas do país. Esse programa deve ter como central a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, contra a política privatista e a política pró-imperialista de sustento do parasitismo financeiro (Arcabouço fiscal). Deve ser erguida através dos métodos da ação direta, o que significa a organização das passeatas, dos atos, das mobilizações de rua, que culminem com paralisações, ocupações e a greve dos trabalhadores. Apenas as greves setoriais e gerais têm a potencialidade para der-


rubar as medidas e os ataques da burguesia e de seus governos.

**Em defesa do Salário Mínimo Vital (hoje de cerca de R\$ 7 mil, pelos**

**cálculos do DIEESE), da Escala Móvel das horas de trabalho e de reajuste, contra o privatismo e o parasitismo financeiro. Não pagamento da Dívida**

**Pública! Erguer o programa de reivindicações com os métodos da ação direta (greve, passeatas, atos, ocupações) contra a conciliação de classes!**

## ***Lutar contra a colaboração na luta de classes em nível internacional***

 A mesma colaboração de classes que vemos no Brasil, vemos na luta de classes em nível internacional. Enfrentamos, inclusive, uma grande contradição entre a ação das massas, que se têm colocado ao lado do povo palestino contra o genocídio do Estado sionista de Israel, e a ação dos governos e das burguesias, que continuam a apoiar materialmente o Estado genocida.

Durante os últimos meses, a classe operária, trabalhadores e juventude de diferentes países têm realizado protestos, boicotes, ocupações, em solidariedade ao povo palestino e por ruptura de todos os acordos com o Estado sionista. Portos e aeroportos na Espanha e na Bélgica foram paralisados por sindicatos operários para impedir o envio de suprimentos e equipamentos para o sionismo; na Itália e na Grécia, também o proletariado organizado se negou a enviar armas, na Índia, as confederações de sindicatos, além de boicotar o envio de trabalhadores para substituir os palestinos, como queria Israel, apresentou inúmeras declarações contrárias ao genocídio. Milhões saíram às ruas tanto na Europa quanto nos EUA. Recentemente, a juventude universitária norte-americana ocupou com centenas de barracas os campus universitários pelo país pelo cessar fogo imediato. Todos esses movimentos e ações concretas revelam a solidariedade internacional à causa palestina, e têm em comum a exigência de rompimento imediato e geral de todos os acordos dos governos com o Estado de Israel. Vê-se que a omissão ou apoio dos governos ao sionismo ocorre em oposição à mobilização de massas, mostrando abertamente o caráter de classe do genocídio e a cumplicidade dos governos, mesmo os que se colocam pela saída “pacífica”, como o governo do Brasil, que condena o genocídio, mas continua com todos os acordos diplomáticos, científicos e econômicos com o sionismo.

O problema da Palestina concentra várias das contradições políticas e

econômicas que marcam a conjuntura deste 1º de Maio. O conflito revela como o expansionismo militar imperialista precisa, necessita, ampliar as tendências bélicas, para fazer frente à crise econômica, à desaceleração econômica das potências, que vivem processos recessivos e inflacionários, mas, ao mesmo tempo, revela as fragilidades desse expansionismo, que se choca com a força econômica dos Estados operários degenerados (China e Rússia, sobretudo), que os ultrapassa no campo do desenvolvimento das forças produtivas e na corrida armamentista. Reafirmamos que China e Rússia são Estados Operários degenerados, porque sua base econômica e social ainda é a propriedade estatal/nacionalizada, e porque suas forças econômicas são dirigidas por uma burocracia que poderia, mas não pretende, frear o conflito em Israel, porque não quer se envolver em guerras enquanto avança no mercado mundial. A traição das burocracias dos Estados operários comprova, mais uma vez, a necessidade de erguer e difundir o programa da Revolução Política nesses países, enquanto erguemos o programa da Revolução Social, nos países imperialistas, que potencializam as guerras e a barbárie, assim como nos países atrasados, cujos governos se subordinam ao imperialismo e se convertem em instrumentos de ataques a salários, empregos e direitos.

A ação dos governos imperialistas e semicoloniais encarna a direitização da política burguesa, de modo que governos de “esquerda” ou de “direita” respondem às mesmas diretrizes de ataque à vida das massas, com contrarreformas e parasitismo dos orçamentos públicos dos Estados, para salvaguardar o lucro do capital financeiro, bem como mantém as tendências bélicas, apoiando direta ou indiretamente os conflitos e as guerras abertas.

É tarefa da classe operária nacional e internacional também combater a ação do imperialismo, cujos tentáculos

se materializam em ataque à vida das massas em todas as partes do globo. A luta pela “revolução mundial” se inicia a cada dia, agora, para libertar o povo palestino. Devemos hoje, ainda, lutar contra os governos que mantêm acordos com o imperialismo e com o sionismo. O que significa levantar uma luta contra o pagamento da Dívida Pública e contra todos os acordos com o Estado de Israel. A defesa da vida das massas, por meio de suas reivindicações, de seus métodos de luta, e particularmente, a luta contra toda a ajuda ao Estado de Israel, com o boicote e greve ao envio de suprimentos, armamentos e qualquer ajuda, é o ponto de partida para a luta internacional de solidariedade ao povo palestino. Nos EUA, na Europa, parcelas da Ásia e no Oriente Médio, as massas e, sobretudo, a classe operária têm mostrado o caminho para a derrota do Estado sionista. É daí que partimos, para defender os Estados Socialistas do Oriente Médio, por meio da Revolução Proletária. É por meio da ação radicalizada das massas, que defendemos o fim do Estado de Israel e o apoio incondicional ao povo palestino, incluindo sua organização armada, e o Hamas, mesmo não apoiando a sua política, apoiamos a sua ação de enfrentamento à máquina de guerra israelense, como apoiamos os ataques dos Houthis aos navios pró-sionistas, e ficamos ao lado do Irã contra Israel e os EUA. A luta do proletariado palestino é também a nossa luta nesse momento. E toda derrota do imperialismo e do sionismo, diante dos conflitos que ergue, é uma conquista para o proletariado mundial, para a sua consciência e para sua organização em partido mundial da revolução socialista.

***Cessar fogo já! Ruptura de todos os acordos do Brasil com Israel!***

***Todo apoio à luta palestina! Fim do Estado sionista de Israel!***

***Pela derrota militar do imperialismo e do sionismo!***



## Burocracia do SINPEEM tenta silenciar a categoria no balanço da Greve



A última reunião de representantes de escola, realizada aproximadamente 15 dias após o fim da greve, deveria privilegiar o Balanço da greve. No entanto, a burocracia do SINPEEM, numa clara intenção de silenciar a categoria, convocou a reunião com uma pauta, que não apenas não previa o balanço da greve, como colocava uma palestra com dois convidados acadêmicos com o tema “Saúde física e mental dos profissionais de educação: um problema a ser enfrentado com políticas públicas”.

Compreendendo a necessidade de dar a luta para exigir que fosse garantido o balanço da greve, a Unidade independente, classista e combativa (UICC), iniciou uma campanha nas escolas e redes sociais, denunciando a manobra da direção do SINPEEM, e exigindo que o RE privilegiasse o balanço da greve (anexo 1). Uma ação conjunta também foi organizada no dia, desde o momento anterior ao início da reunião, quando realizamos a panfletagem com um boletim de balanço da greve, e estendemos duas faixas exigindo o debate de balanço, para que a categoria pudesse tirar as lições desse movimento e da política da direção.

Assim que se iniciou a reunião, nos organizamos para fazer uma questão de ordem e defender o debate, em substituição à palestra programada pelos burocratas. Claudio Fonseca/PCdoB, verificando que a categoria havia compreendido a necessidade do balanço, tentou fazer mais uma manobra, iniciando a reunião com uma saudação

aos grevistas e na sequência defendeu que antes da palestra houvesse cinco falas de balanço na greve, novamente na tentativa de cercar o debate. Neste momento, novamente em movimento com as faixas, continuamos intervindo para que fosse garantido um amplo debate com as bases ali presentes (mais de 2000 representantes de escola).

A burocracia impediu que os militantes da UICC falassem, e concedeu a palavra a uma militante do Resistência/PSOL, que compõe a Oposição Unificada, que defendeu que, ao invés de cinco falas, fosse concedido uma fala por comando de greve; foi mais uma tentativa de manobra, dessa vez da oposição unificada, que colaborou abertamente com a burocracia durante a greve, para manter a palestra e permitir apenas algumas falas, que por certo seriam compartilhadas apenas entre os membros da direção do sindicato. Claudio Fonseca, mais uma vez verificando que o plenário estava favorável ao amplo debate, decidiu recuar e abriu as inscrições para quem quisesse se pronunciar em relação ao balanço da greve.

A UICC, através de 3 inscrições de fala, conseguiu defender nosso balanço da greve, responsabilizando a traição da burocracia sindical pela derrota sofrida pelos trabalhadores nesta greve, que é responsabilidade integral das direções sindicais, que atuaram com uma política divisionista, corporativista e eleitoreira, mantendo o movimento grevista na completa passividade, impedindo que outros encaminhamentos, de radicalização da greve, fossem

**A UICC, através de 3 inscrições de fala, conseguiu defender nosso balanço da greve, responsabilizando a traição da burocracia sindical pela derrota sofrida pelos trabalhadores nesta greve, que é responsabilidade integral das direções sindicais, que atuaram com uma política divisionista, corporativista e eleitoreira, mantendo o movimento grevista na completa passividade, impedindo que outros encaminhamentos, de radicalização da greve, fossem defendidos nas assembleias.**

sem defendidos nas assembleias.

Membros da diretoria também se pronunciaram, fazendo uma avaliação completamente oposta, de que o movimento foi vitorioso, por impedir a política do prefeito Ricardo Nunes de transformação da remuneração dos servidores municipais em subsídio, quando sabemos bem que em nenhum momento o governo fez essa ameaça nesta greve. Ressaltaram também como vitória o protocolo de negociação, com sete itens referentes às condições

“ (...) somente quem atua com uma política independente e classista pode impor uma derrota, mesmo que limitada, a burocracia sindical, como aconteceu neste RE

de trabalho, que também sabemos bem que não passam de promessas vazias, portanto, de enrolação do governo. Além de apresentarem como conquistada o pagamento dos dias parados, algo que sempre tivemos garantido em todas as greves anteriores, e nunca foi ameaçado pelo governo nesta greve.

Após esse debate inicial, Claudio chamou os convidados para a palestra, assumindo seu compromisso eleitoral de fazer valer o protocolo de negociação da greve, que, como já dissemos, traz um conjunto de promessas vazias, que serão utilizadas na campanha eleitoral, tanto do atual prefeito como dos burocratas sindicais traidores do movimento grevista. O conteúdo geral da palestra não tocou em uma vírgula sequer das condições de trabalho, a ênfase dada pelos palestrantes em relação à saúde dos trabalhadores foram a das saídas individuais, tais como: “precisamos encarar nossas próprias questões psíquicas”; “que o cansaço é

inevitável, a diferença é como lidamos com ele”; “precisamos cuidar da nossa saúde, pois nosso tempo não é o mesmo do outro”. Esses, foram alguns dos absurdos, anunciados pelos palestrantes, que jogam a culpa pelos problemas psíquicos nos próprios professores.

Os membros da oposição unificada, que compõem a direção, de maneira geral, não divergiram em essência do balanço feito pela burocracia, não caracterizaram a greve como derrota política dos trabalhadores, e se apegaram em algumas justificativas, como a de questionar a capacidade de mobilização da categoria, e ressaltar a garantia dos dias parados como principal vitória. Algumas falas se omitiram de fazer o balanço e se limitaram apenas a criticar a postura de Claudio Fonseca no RE, que inclusive se utilizou de termos preconceituosos/capacitistas com os que se levantaram contra esse formato de RE com palestras. Houve ainda algumas falas, como a de um militante

do Caravana da Educação/PSOL, que se concentrou em criticar nossa intervenção, defendendo o absurdo de que o Claudio poderia ter conversado antes com uma comissão, para organizar os trabalhos os trabalhos do RE, ou seja, que bastava uma reunião de cúpula, possivelmente apenas com os membros da direção (situação e “oposição”) para encaminhar os trabalhos, sem a participação da base, um claro ataque à democracia sindical.

Portanto, a nossa intervenção organizada neste RE deixou claro quem atua de fato como oposição hoje no interior do SINPEEM, apenas a UICC pode apresentar-se como oposição à política da burocracia sindical. Outra conclusão importante, é a de que somente quem atua com uma política independente e classista pode impor uma derrota, mesmo que limitada, a burocracia sindical, como aconteceu neste RE, em que a direção foi obrigada a recuar e permitir o debate sobre o balanço da greve. ●

UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

Convocatoria distribuidanos días previos à Reunião de Representantes de 12/04

**PALESTRA SOBRE A SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO? E O BALANÇO DA GREVE?**



No próximo dia 12/04 haverá a reunião de representantes sindicais do SINPEEM. Após, exatamente, duas semanas do fim de uma greve derrotada, na qual o governo impôs o arrocho salarial e não avançou em nada na questão das condições de trabalho, é mais do que urgente que façamos o balanço desta greve, apontando os erros de método levados a cabo pela direção do sindicato. O balanço da greve é imprescindível para que possamos avançar na nossa organização e nos preparar

para as próximas batalhas contra uma política de estado que ataca o funcionalismo e impõe a privatização e a terceirização dos serviços públicos.

Esta atividade, “palestra”, imposta pela direção impede que os representantes façam esse debate necessário, tornando-se mais uma medida autoritária que restringe a democracia sindical. Não é sem propósito, já que o balanço da greve permitiria que os trabalhadores avaliassem como a política levada pela direção

do SINPEEM, canalizando a disposição de luta para a passividade da pressão parlamentar visando o processo eleitoral, se tornou o motor das últimas derrotas.

Além disso, a “palestra” visa responder o vácuo deixado pelo governo na negociação sobre as condições de trabalho, sem nenhuma proposta efetiva de impacto no cotidiano da vida escolar. Assim, a direção do SINPEEM faz coro com o governo quando delega a questão da saúde dos profissionais da educação para especialistas

no assunto, descolando-a das reais condições insalubres e do aumento do trabalho nas escolas.

**Não podemos aceitar mais esta manobra! Devemos exigir que a reunião de representantes seja, de fato, um espaço para a organização e mobilização dos trabalhadores nas escolas! Precisamos que a categoria realize um balanço da greve e, principalmente, da atuação traidora da direção do SINPEEM que busca transformar o sindicato em trampolim eleitoral!** ●

# Burocracia da Apeoesp escancara a sua colaboração com o governo, manobra a assembleia para impedir a greve

A reunião do Conselho Estadual de Representantes – CER –, que antecedeu a assembleia do dia 26 de abril, foi marcada pela manobra da burocracia de dizer que estava a favor da greve, sem propor a greve. A burocracia sindical majoritária colocou os dirigentes do PSOL, que faz parte da diretoria (a partir do chapão que se organizou nas eleições sindicais, dada a Frente Ampla de Lula/Alckmin), para defender uma “greve digital”, junto com os trabalhadores de aplicativos, argumentando que a base não quer a greve, o que mal serviu para encobrir eleitoralismo de Bebel/PT. O discurso foi o de amedrontar a base, ao invés de impulsionar o movimento. O antigo “Fórum das Seis”, que dirige parte das subsedes da capital, conseguiu mobilizar escolas, eram parte da oposição no passado também, mas agora fazem o jogo burocrático de boicote falacioso aos movimentos que estão acontecendo, para conter a ação direta dos professores da rede estadual.

O calendário estabelecido pela Direção Executiva era o de não deflagração imediata da greve, com assembleia para o dia 29 de maio. As correntes de oposição defenderam o início imediato da greve em 26 de abril, e assembleia para o dia 03 de maio, porém, a maioria daquelas que integram a Oposição Combativa não esclareceram o que os levou a mudar de posição para a defesa da greve já, que não foi defendida

na assembleia do dia 15 de março, onde negaram-se também a chamar a unidade com o funcionalismo municipal de São Paulo, em greve na ocasião.

A Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora continuou o chamado em defesa da greve imediata, com unidade com o funcionalismo e professores federais, porém, com as reivindicações que temos levantado desde sempre, por isso continuamos na crítica ao grupo da Oposição Combativa. A defesa dos 40 mil demitidos e a estabilidade imediata para os professores contratados foi deixada de lado, tanto pela direção sindical quanto pela OC.

A direção traidora da APEOESP negou a proposta de greve imediata e assembleia para a próxima semana, apresentada pelas correntes de oposição, rebaixando a bandeira de unidade com o funcionalismo federal em greve. Douglas Rizzo, um dos diretores que já foi vice-presidente da CUT estadual, em palavras afirma a necessidade de uma “verdadeira unidade com os professores da rede federal”, porém, diante da manutenção da Frente Ampla, em defesa dos interesses do capital financeiro, “foge” do chamado de unidade grevista com os Institutos e Universidades Federais, para não afetar as campanhas eleitorais em torno do PT.

A diretoria apresentou a proposta para diminuir o tempo de fala e intervenções das correntes de oposição no CER e na Assem-

bleia, um grave ataque à democracia operária, mais um exemplo de cerceamento daqueles que se opõem à política entreguista da burocracia sindical. A direção sindical e os lacaios do PSOL apresentaram o calendário de lutas de “continuidade da construção” da greve no mês de maio, evitando a mobilização da categoria.

Ao chegarem na Praça da República, os professores foram recebidos com panfletos, estrategicamente distribuídos pela burocracia sindical, convocando os trabalhadores e trabalhadoras para a “festa do 1º de maio”, “por um Brasil mais justo!” Diferentemente dos panfletos tradicionais que percorrem a assembleia em tom de agitação e propagandeio da luta, este conduzia ao distracionismo da comemoração, da festa; distanciando-se da realidade do professorado e do conjunto dos trabalhadores e explorados, que não possuem motivos para comemorar, ainda mais na data do 1º de maio, onde tradicionalmente nos manifestamos pela luta dos trabalhadores do mundo todo.

A luta do conjunto dos trabalhadores passa pelo enfrentamento do governo de frente ampla de Lula/Alckmin, que ataca e explora a maioria oprimida com seu arcabouço fiscal, com a política de arrocho salarial e aprofunda a “uberização” das relações de trabalho, com menos direitos e mais precarização.

O boletim da CSM – GL trouxe a questão concreta dos mais de 40 mil profes-

sos desempregados, as perseguições e demissões que se avolumam nas diversas regiões, a “plataformização”, o arrocho salarial, a defasagem salarial de 34%, além das demais situações presentes em nossos espaços de trabalho, que impõem aos docentes condições tão violentas que interferem diretamente na saúde da categoria. A exaustão e o adoecimento em meados do 2º bimestre deste ano são gigantescos e sem precedentes. A ausência de uma direção sindical consequente em suas políticas para a categoria ressalta a necessidade da deflagração de uma greve massiva. A burocracia sindical manteve seu calendário de enrolação e não deflagração da greve na assembleia.

Com uma de defesa da greve realizada apenas de forma imediata (decidida no dia da assembleia), as demais correntes que compõem a Oposição Combativa se apresentaram como quem não tivesse tido nada a ver com a não aprovação da greve em defesa da categoria O em 15/3. A aprovação imediata da greve ressoou como resposta necessária e aguardada pela categoria. Apesar das falas controladas e limitadas pela burocracia, uma parte dos professores atuou externando sua indignação com a política traidora adotada pela direção eleitoreira.

A assembleia contou com aproximadamente 10 mil professores. Considerando o empenho da burocracia em afastar as bases nos últimos anos, a respos-



ta da categoria ao chamado de greve foi grande, demonstrando a disposição de luta dos professores diante dos ataques do governo Tarcsio/Feder. Aprovaram no “tapetão” uma Assembleia Estadual para o dia 24 de maio, manobrando e ludibriando a categoria.

A diretoria, ao perceber que poderia perder o seu controle burocrático sobre a assembleia, precisou manobrar no caminho de som, novamente, como fez no CER, impedindo as correntes de se expressarem no debate. Impôs que o calendário deveria ser votado primeiro, um completo absurdo, pois é o conteúdo debatido na assembleia com suas bandeiras centrais que determinaria o calendário que daria conta das tarefas. Um calendário de não greve é oposto a um calendário de greve. Com o discurso de “não estarem contrários a greve”, os burocratas usaram a estratégia do “Breque dos apps” greve dos trabalhadores de aplicativos –, colocando que os professores deveriam acompanhar esses trabalhadores e fazer uma “greve” de boicote às plataformas digitais impostas pelo governo.

A CSM-GL repudiou, no caminho, a manobra realizada pela burocracia sindical, exigindo que o debate ocorresse antes da votação do calendário, com a intenção de mostrar o golpe para os professores presentes na assembleia. De forma autoritária, e usando as mulheres como escudo na frente do parapeito do caminho, e demais membros da direção como “bate-paus”, impediram as correntes de oposição de esclarecerem à categoria que estava no chão, sobre a truculência que acontecia em cima do caminho.

Os burocratas controlavam o microfone, expondo

a manobra de impedir as falas na assembleia. Diante da imposição burocrática, que auxiliou a burocracia a votar o calendário primeiro, restou à CSM-GL fazer a denúncia. Outras correntes de oposição denunciaram que a “encenação” foi para impedir a deflagração imediata da greve dos professores, dada a conjuntura de ataques do governo. Ao final das exposições que não poderiam mais mudar o calendário, foi inviabilizada a fala sobre qualquer política de defesa da greve, pois o calendário de não greve já havia sido aprovado.

As lideranças do PSOL, que dirigem as subseções da capital e grande São Paulo, trouxeram o derrotismo ao movimento em suas exposições, procurando impor, inclusive, o medo na categoria, quando um dos dirigentes disse “que os professores contratados poderiam ser demitidos, caso fizessem greve”. O empenho em frear o movimento foi grande, precisaram de duas votações, para ter certeza da “não” deflagração da greve. A base das correntes personalistas compareceram divididas, apesar do comando “desagregador” destas, a consciência de muitos professores percebe os golpes eleitoreiros e os desvios das ações diretas e da formação de uma unidade.

Nos últimos anos, as correntes ligadas ao PSOL já ajudavam a Articulação Sindical e sua burocracia venal quando não unificavam a oposição contra as disputas aparelhistas e eleitoreiras. Agora, enquanto “Chapa Uma”, como se autointitulam, é visível que a burocracia ampliou o seu controle. Esse é um elemento que contribui para compreendemos a votação desta assembleia. A traição das correntes do PSOL se alinha à traição maior da

burocracia em conter a disposição de lutas da categoria. A Frente Ampla que se abriu com a eleição de Lula/Alckmin mostra o seu caráter de colaboração de classes e traição aos trabalhadores. A política eleitoreira do PT, PSOL e das demais correntes de “esquerda” que atuam como satélites do PT submete os sindicatos e movimentos aos interesses da burguesia.

A atuação da CSM-GL/PPRI foi no sentido denunciar a manobra da direção, que impediu o debate e de mostrar a importância da greve que deveria ser deflagrada imediatamente. Apontamos que a direção não terá como arrancar as reivindicações dos professores com as reuniões infrutíferas com a Secretaria ou com o seu cretinismo parlamentar, expusemos que o calendário aprovado pela direção era para frear o movimento, traindo os professores e colaborando diretamente com o governo.

A direção majoritária da APEOESP, que aglutina as correntes de “esquerda” neste momento de Frente Ampla, mais uma vez se negou a unificar a luta em defesa dos professores demitidos e da educação pública. Ignora a greve dos demais setores da educação federal. Primeiro, foi na assembleia do dia 15/03, negando o chamado de greve junto ao funcionalismo municipal de São Paulo. Agora, no dia 26/04, 42 dias após o dia 15 de março, na tentativa de desmobilizar, se negou a unificar o movimento com os professores e funcionários das universidades federais em greve.

Os grupos eleitoreiros, mesmo na Oposição Combativa, têm sido pressionados pelas bases para a luta, tiveram de responder com o chamado de greve, dadas as condições objetivas dos

ataques. O chamado de greve imediata, e assembleia para 03/05, obrigou as correntes da OC que não defenderam a greve no dia 15 de março a fazê-lo agora. A “greve digital” defendida pela burocracia e que foi esboçada pela Corrente Reviravolta/PSTU nas falas no CER e no caminho, não tomaram força.

Ficou evidente que a direção burocrática conciliadora, de Bebel e diretoria, foi a de propor um calendário com uma greve falsa, impedindo uma votação direta pela greve ou não, para esconder que estavam pela “não greve”. A assembleia mostrou que, se uma greve fosse deflagrada, os comandos que se formariam teriam força para convencer a maioria dos professores. A categoria está pronta para avançar. A vanguarda precisa da greve para forjar a luta.

A política de conciliação tem seus limites. O enfrentamento aos ataques dos governos, e a unidade entre professores e funcionários federais e estaduais se torna inevitável nesse período. O arrocho salarial, o arcabouço fiscal, as privatizações, levam às massas a se chocarem com os interesses da casta burocrática sindical também, ficando cada vez mais distantes da “crença” no processo institucional, buscando os métodos próprios da classe para enfrentar a destruição dos serviços públicos, diante da crise e de um Estado que continua a pagar os juros da dívida pública, permitindo o parasitismo financeiro do capital. ●

***Só a unidade na luta contra os governos pode defender o emprego, os direitos e a educação pública em todo o país.*** ■

SONOCA

## Operários entram em greve pela volta de direitos retirados, e a encerram após um acordo parcial

Os operários da Sonaca, empresa do setor aeronáutico e “parceira” da Embraer, entraram em greve no dia 16/04, exigindo mudanças imediatas nos planos de saúde. O movimento se iniciou em resposta à morte de Adilson Alves de Carvalho, em 15/04, que teve uma parada cardíaca enquanto trabalhava, e foi trasladado em carro de aplicativo, porque a empresa não tinha profissional de saúde, nem ambulância. Internado, teve ainda de enfrentar entraves pela pouca cobertura do plano de saúde da empresa. Para piorar, estava em tratamento contra o câncer e teria de arcar com as consultas, exames e vários procedimentos médicos, cortados pela empresa. Sua morte escancarou a perda de direitos que atingiu brutalmente os operários da fábrica, e quase todos os setores produtivos, visando ao aumento dos lucros dos patrões.

Desde o começo da greve, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CSP-Conlutas) orientou os operários a “ficarem em casa”, aguardando pelas negociações. Nos dias 22 e 23 de abril, realizaram-se as audiências de conciliação, que se encerraram sem acordo. Na audiência de dia 24/05, houve acordo, o qual o sindicato levou, no dia 25/04, para debate em assembleia. A proposta de acordo da direção foi apresentada como uma vitória, os operários

aprovaram-na e encerraram a greve.

Os operários exigiam a volta do plano de saúde antigo, sem cobrança de coparticipação, além do abono de todos os dias parados e a estabilidade no emprego. A proposta da empresa não garante as reivindicações que deflagraram o movimento, apenas “parcialmente”. Quanto ao plano de saúde, está “previsto” o fim da coparticipação para gestantes e pessoas que tenham dependentes com autismo, bem como a “redução” da coparticipação para os demais empregados. Quanto à estabilidade, se garante apenas por 60 dias. Não foi noticiado se haverá novas reuniões para debater “novas propostas”. Mas, foi confirmado que se deixará um plantão com profissionais de saúde dentro da empresa.

O acordo com “sabor de vitória” propagandeado pelo sindicato é um acordo provisório, que não traz qualquer conquista definitiva, nem resolve o problema daqueles com enfermidades crônicas, como o caso de Adilson. Os operários ainda terão de continuar a pagar por parte dos atendimentos, consultas e procedimentos médicos, existindo ainda a possibilidade de a empresa retirá-lo mais à frente. A estabilidade por 60 dias é uma nuvem de fumaça, se se observa que a empresa poderá recorrer aos PDVs e às demissões. E se pagará apenas metade dos

dias parados, e a outra metade será “recuperada” pelos operários. A Conlutas canta vitória pela consolidação de perdas de parte dos direitos anteriores, e sua recuperação parcial para um setor reduzido dos trabalhadores. A empresa sai ganhando, porque não se comprometeu a estender esses “direitos recuperados”, podendo retirá-los mais à frente, porque tem uma direção sindical que recorre às greves passivas e às negociações no campo de ataques.

Os patrões vêm retirando direitos trabalhistas, para aumentarem seus lucros. Reduzem os ganhos salariais diretos (rebaixamento salarial, PDVs, etc.) e indiretos (a exemplo do corte na cobertura dos planos de saúde). Surpreende, no entanto, que o sindicato que se diz classista não tenha feito uma greve, quando esse ataque foi desfechado. Se o tivesse feito, as condições da luta hoje seriam melhores e, talvez, Adilson estaria melhor protegido. Eis porque uma direção consequentemente classista nunca manda os operários para casa diante dos ataques, mas os organiza junto de outras fábricas em luta ou sob ataques, para golpear os patrões como uma só força, e arrancar todos os direitos e empregos perdidos! **É a luta de classes e a correlação de forças surgida dela que determinarão o que se pode arrancar dos patrões!** ●

INDAIATUBA

## Operários deflagram greve contra fechamento da Toyota

Os metalúrgicos da Toyota de Indaiatuba (SP) aprovaram, no dia 10/04, a greve por tempo indeterminado, após a empresa anunciar seu fechamento (05/03), e que levaria a produção para Sorocaba (SP).

A empresa ofereceu “ajuda” aos operários para custear a mudança de cidade, mas não se comprometeu a garantir todos os empregos atuais. Por isso, ofereceu PDVs para um setor dos trabalhadores, o que seria um passo para as demissões de centenas de operários de Indaiatuba. Em contraposição, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CSP-Conlutas) afirmou que é possível a permanência da fábrica em Indaiatuba, e garantir a estabilidade pelo menos até 2026.

A Toyota lucrou bilhões de dólares, rebaixando salários,

reduzindo direitos, impondo os PDVs, etc. Agora quer fechar uma fábrica, para reduzir os custos de produção, e intensificar a exploração da força de trabalho em outra, para aumentar seus lucros. Estão ameaçados 1,5 mil empregos diretos e dezenas de milhares indiretos, de comércio e serviços ligados à fábrica na cidade de Indaiatuba.

Não há outra saída, a não ser aprovar uma greve com ocupação de fábrica, para evitar seu fechamento e a perda dos empregos. **Está colocada sua estatização sob controle operário, e de todas as fábricas que fecham ou demitem! Que a CSP-Conlutas convoque a assembleia geral dos metalúrgicos filiados à Central, para aprovar esse programa e o impô-lo ao patronato, com ocupações, manifestações, etc.!**



3 de abril de 1917

## Lênin apresenta as “Teses de Abril” e ajusta a linha do partido às tendências revolucionárias do proletariado

As “Teses de Abril” foram apresentadas primeiro a uma reunião de delegados bolcheviques que se preparavam para participar da Conferência dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia. Foram formuladas em meio de uma virada da guerra imperialista, e de profundas mudanças nas relações entre as classes na revolução de fevereiro, após instaurado o “governo provisório”.

Nelas, Lênin combate as teses “defensistas” de uma fração da direção bolchevique, que defendia o apoio “crítico” ao governo, o qual, rompendo suas promessas, continuou com a guerra, se negou a convocar a Assembleia Constituinte e a aplicar a reforma agrária. Lenin defende, nas “Teses”, a transformação da guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia,

visando a conquistar a paz, entregar a terra aos camponeses, e acabar com a fome no país. A palavra de ordem de “*Todo o poder aos soviets*” condensava tanto esse programa como as formas organizativas da luta do proletariado pela conquista do poder. Essa linha entrou em choque com a direção “colaboracionista”, liderada por Molotov e Stalin, que defendiam a colaboração com o governo. Pretendiam manter a revolução nos estreitos limites burgueses porque, como os mencheviques, caracterizavam que não existiam condições para a revolução proletária – que ficava pendente para um momento indefinido do futuro.

As “Teses”, portanto, constituem uma virada tática no bolchevismo, e uma arma erguida por Lênin para evitar que o partido afundasse no colaboracionismo de classes. Lênin ganhou

a maioria do partido, e evitou o aborto da revolução social em curso. Sua vitória se deveu ao fato das “teses” refletirem a dialética da revolução, e ainda a virada que se processava no proletariado para as posições revolucionárias. Essa fusão do instinto comunista do proletariado com o programa revolucionário se personificaram em Lênin que, graças à força de seu pensamento e sua ação organizadora, colocaria o bolchevismo à cabeça da primeira revolução proletária da história.

As “Teses de Abril” são uma aplicação prática das leis da revolução proletária, ajustadas à realidade das mudanças operadas no interior do processo vivo da luta de classes e das leis da transição do capitalismo ao socialismo. A dialética da revolução, que levou o proletariado ao poder político e a resolver as tarefas democráticas

**Sua vitória se deveu ao fato das “teses” refletirem a dialética da revolução, e ainda a virada que se processava no proletariado para as posições revolucionárias. Essa fusão do instinto comunista do proletariado com o programa revolucionário se personificaram em Lênin que, graças à força de seu pensamento e sua ação organizadora, colocaria o bolchevismo à cabeça da primeira revolução proletária da história.**

por meio de medidas revolucionárias contra a propriedade privada (revolução permanente), já está contida nas “Teses de Abril”. ●





## 25 de maio de 2000 **Fim da ocupação do Líbano por Israel**<sup>1</sup>

Há 23 anos, as massas libanesas expulsaram o exército israelense do Líbano, após duas décadas de combate à ocupação militar sionista em seu país. Milhares de palestinos foram mortos. Centenas de soldados israelenses morreram, e dezenas de tanques e veículos blindados foram destruídos. A “invencibilidade” de Israel se destruiu, diante da população determinada a expulsar os invasores.

O Líbano ficou destruído, e seus governos seguiram subordinados ao imperialismo. Mas, não se apagaram os feitos heróicos e a herança de luta conquistadas na vitória contra Israel, orgulhosamente defendida pela população, e aplicada nas novas condições pelas milícias libanesas que se colocam ao lado dos palestinos pela derrota do sionismo.

Os opressores nunca perdoaram as massas libanesas pela sua façanha histórica, assim como hoje tampouco perdoam os palestinos por sua resistência. As condições para a derrota total do sionismo são hoje melhores que no passado. Os palestinos contam com a ajuda das forças libanesas e houthis para enfrentar o sionismo, bem como com o apoio massivo das massas árabes e mundiais. E também da classe operária, que começa a agir, boicotando e paralisando (ainda que parcialmente) os suprimentos do aparelho bélico sionista, com greves, ocupações de fábricas militares, e de portos e aeroportos, etc. As massas libanesas não contam com essas condições mais favoráveis. Por isso, é preciso reunir em uma só força a ação das massas exploradas contra seus inimigos comuns. A organização da luta contra o imperialismo em toda parte, combinada à ação internacionalista do proletariado, são a chave para a derrota do sionismo. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base do texto do OI nº 4, de maio de 2023



15 de maio de 1948

## 76 anos da Nakba (catástrofe) do povo palestino<sup>1</sup>

Em 15 de maio, 750 mil palestinos foram expulsos de suas terras, e forçados ao exílio. 500 cidades e povoados foram apagados do mapa. Milhares de homens, mulheres e crianças palestinos foram massacrados pelas milícias fascistas israelenses. A apropriação forçada de territórios e terras, a limpeza étnica e a colonização sionistas marcam a fogo a opressão nacional sobre os palestinos até hoje.

Desde 7 de outubro de 2023, são mais de 45 mil mortos pelas forças terroristas sionistas, a maioria mulheres e crianças. São milhares os desaparecidos sob os escombros ou pelas forças militares israelenses. São também milhares de prisioneiros e torturados, e centenas de milhares os que vivem sob permanente vigilância e perseguição. O que resta em pé de Gaza é um campo de extermínio. E a Cisjordânia transformou-se em um gueto. Essas atrocidades perpetradas pelo sionismo assentam suas raízes históricas na Nakba, que começou há 76 anos e continua vigorando, até hoje.

O enclave imperialista sobrevive por meio da brutal opressão nacional, da colonização militarista, do terrorismo de estado e da imposição de um violento apartheid racial, visando a controlar a exploração das vastas riquezas naturais da região, em proveito dos monopólios imperialistas. É a esse objetivo econômico que serve a limpeza étnica e o genocídio do povo palestino, desde 1948.

A resistência palestina não possui uma direção revolucionária que a organize em uma frente única anti-imperialista (unidade das massas oprimidas ao redor do proletariado), para derrotar o imperialismo e o sionismo com a ação revolucionária das massas. Os palestinos pagam com sangue pelas traições do estalinismo, que apoiou a criação de Israel e a destruição dos partidos revolucionários. E a IV Internacional, tomada pelo revisionismo, foi incapaz de cumprir seu papel de organizar a luta unitária sob a estratégia da Palestina Una e socialista, parte de uma federação de estados socialistas da região. Por isso, os palestinos continuam a pagar com sangue pela crise de direção revolucionária mundial, quando o genocídio dos palestinos se aprofunda.

A impotência do sionismo em aniquilar a resistência palestina; a decisão dos houthis de atacarem alvos imperialistas e sionistas; as ameaças de revolta das massas árabes contra os governos subservientes da região, e, especialmente, os bloqueios de portos e aeroportos pela classe operária em diversos países, precisam exigir de seus governos a ruptura de todos os acordos com Israel. Assim se abrirá caminho à derrota de Israel, e se ajudará os palestinos a avançarem para sua libertação social e nacional, e recuperarem todos os territórios que lhes foram arrancados. Serão dados passos para vingar as centenas de milhares de vidas palestinas massacradas desde 1947, e para projetar a política proletária da Palestina una, livre e socialista, do rio ao mar. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base do texto do OI nº 4, de maio de 2023

19 de abril de 1943

## Levante do Gueto de Varsóvia contra o holocausto nazista



Nesse dia, há 81 anos, o Gueto judeu de Varsóvia (Polônia) foi tomado por um levante armado contra o genocídio de judeus pelo regime nazista. Centenas de judeus, pobremente armados, combateram com armas em punho o regime fascista alemão. Por quase um mês, conseguiram resistir a um exército mais numeroso e muito melhor armado e equipado. Apesar de derrotado e massacrado, o levante mostrou a disposição de um povo trucidado pelo holocausto de resistir a seu extermínio.

O gueto de Varsóvia era uma prisão a céu aberto, separada da cidade por muros. 30% da população da cidade vivia dentro de uma área de 2,6% de sua superfície física. 500 mil judeus estavam amontoados, mal vestidos e alimentados, atacados por doenças, e sobrevivendo ao frio e à fome permanentes. 5 mil morriam, por mês, por doenças ou desnutrição. A isso somava-se o colaboracionismo de sua direção, reunida no Conselho Judeu (Judenrat), que exigia dos judeus aceitarem, como no passado, as perseguições.

Contra o colaboracionismo de suas direções, se auto-organizou um grupo de judeus de esquerda. Os comunistas redigiram um manifesto, chamando a formar uma “frente nacional” contra o nazismo. Somaram-se o Bund, o grupo autodenominado “marxista-sionista” Hashomer Hatzair, e o partido sionista Left Poale Zion. O primeiro alvo do movimento foram os colaboradores judeus que indicavam os que seriam “deportados” para Auschwitz, para seu extermínio. A decisão de não perdoar os colaboracionistas e combater o nazismo aumentou a influência da “frente”. 300 mil judeus tinham sido já assassinados nos campos de concentração da Alemanha e da Polônia. Circunstâncias que obrigaram a “frente” a agir imediatamente, antes de ser consumado o extermínio físico de toda a população judaica do país.

Os “judeus antinazistas” de Varsóvia resistiram à limpeza étnica e sua expulsão da Europa, a qual habitavam há séculos. Os palestinos e suas milícias fazem hoje o mesmo contra o genocídio sionista e sua expulsão da terra que habitam há séculos. Têm em comum a luta contra a expressão mais reacionária da política imperialista, e contra o colaboracionismo de seus governos. A luta dos insurretos judeus de 1943 e a dos palestinos hoje são parte de um mesmo processo da luta de classes. Da mesma forma que o nazismo e o sionismo estão irmanados pelo conteúdo de classe e opressão racial, e pela colonização e opressão que impõe a sangue e fogo os interesses materiais do capital monopolista e imperialista.

Os sionistas aplicam a mesma doutrina de higienização, de roubo e de extermínio dos nazistas. Até deflagrada a guerra, em 1939, os países imperialistas fechavam as portas à imigração judia, e assim impediram milhões de judeus de fugirem do genocídio. Durante anos, colaboraram com o antisemitismo nazista, até que se deflagrou o conflito bélico ao redor da disputa por mercados e colônias. A violenta discriminação racial sobre judeus foi deixada de lado, em função da vitória de uma fração da burguesia imperialista sobre a outra. Os governos das potências imperialistas vencedoras do nazismo hoje fecham as portas aos palestinos, os discriminam e os amontoam em campos de refugiados, ou ainda, fecham os olhos ao apartheid e ao extermínio físico em sua própria terra. As relações entre as frações da burguesia imperialista e as máscaras ideológicas do racismo mudaram. Mas, permanece em pé o capitalismo, que é a fonte objetiva dos massacres e dos genocídios dos povos e das nações.

A derrota do imperialismo alemão não extinguiu o fascismo, que nasce e se nutre da decomposição capitalista. Os EUA, ao ocupar o lugar nas relações mundiais que a Alemanha pretendia impor na Europa, tornaram-se a principal fonte do fascismo e da opressão nacional. Acompanham-no a França, a Inglaterra e outros países, que também realizaram holocaustos de povos nativos da África – antes mesmo que a Alemanha na Europa – massacrando dezenas de milhões para se apossar de suas riquezas. O sionismo nada mais é que uma das formas políticas mais recentes do fascismo. O genocídio dos palestinos objetiva, como na África e na Europa antes, enriquecer os capitalistas.

Os insurretos de Varsóvia não conseguiram derrotar os nazistas. Mas, os palestinos podem fazê-lo, pelo massivo apoio das massas do mundo todo à sua luta. Se derrotarem os sionistas e abrirem caminho à expulsão do imperialismo, também vingarão os judeus que tombaram no holocausto, ao ajudar a destruir a fonte material da existência do fascismo: o capitalismo que ontem massacrava africanos e judeus, e hoje os palestinos, em nome dos lucros do capital financeiro imperialista.

Os marxistas lembramos do Levante do Gueto de Varsóvia como a expressão da luta de classes contra o capitalismo em decomposição. E, como faríamos no passado, também hoje defendemos o direito dos oprimidos a combater pela derrota e destruição dos regimes de seus opressores. E isso virá da ação revolucionária do proletariado mundial. ●



# Pela derrota militar de Israel em Gaza!

## Defesa incondicional do Irã diante do sionismo e do imperialismo!

Manifesto PPRI - 16 de abril 2024

O Irã retaliou finalmente Israel pelo bombardeio, em 1º de abril, da sua embaixada em Damasco, na Síria. O ataque de Israel visou a forçar a ruptura do isolamento crescente de Israel pelo genocídio em Gaza, procurando arrastar os Estados Unidos para seu envolvimento direto na defesa do estado genocida sionista. O Irã respondeu duas semanas depois do atentado. Centenas de drones e mísseis, dentre eles mísseis hipersônicos, foram lançados contra Israel. A partir do Líbano, juntou-se ao ataque o Hezbollah, disparando dezenas de foguetes e fogo de artilharia. A partir do Iêmen, os houthis fizeram o mesmo. Horas depois dos primeiros drones chegarem a Israel, o governo iraniano deu por finalizada a operação “A Verdadeira Promessa”, e alertou Israel e os EUA para que não iniciassem ataques de retaliação contra seu país, que seriam respondidos imediatamente, a partir dali.

“

...

**(...) os EUA não poderiam, de fato, passar a uma ofensiva contra o regime iraniano, sem se comprometer abertamente em uma guerra que exporia suas grandes dificuldades para travar combates simultâneos na Ucrânia e no Oriente Médio.**

A retaliação iraniana foi, em grande parte, protocolar. Foi anunciada com dois dias de antecedência, e somente objetivou atingir alvos militares de Israel. O Irã recorreu ao artigo 51 da Carta da ONU, para justificar a ação militar na base do “direito de autodefesa” contra qualquer país, quando é atingida parte de seu território soberano. Lem-

bramos que as embaixadas são consideradas parte dos territórios soberanos dos países em solo estrangeiro, e estão protegidas pelas leis internacionais.

Viu-se uma ação militar combinada dos EUA, da França, da Inglaterra e da Jordânia, para proteger Israel. Montou-se um fabuloso dispositivo de defesa aérea e de mísseis antiaéreos. Ainda assim, foi alvejada a infraestrutura da base aérea israelense de onde saíram os aviões que alvejaram a embaixada iraniana, e outras instalações. A tática das forças militares iranianas não era outra que saturar as defesas antiaéreas combinadas do imperialismo e do sionismo para abrir passagem aos mísseis hipersônicos que, finalmente, cairiam sobre a base aérea. Nesse estrito sentido, o ataque foi um êxito da indústria militar iraniana, mostrando que o apoio da Rússia ao desenvolvimento de mísseis de última geração permite estabelecer uma “salvaguarda extra” contra qualquer intervencionismo em seus territórios. Note-se que a partir de um ataque realizado de Norte a Sul de Israel, o Irã conhece bem agora a localização e capacidades de defesa antiaérea israelense. Apesar das forças combinadas do sionismo e do imperialismo serem superiores numericamente às do Irã, este mostrou ainda que se vem preparando intensa e ostensivamente para qualquer ameaça. Trata-se de mais um ponto da escalada militar mundial e da mudança da situação que marcou por décadas a correlação de forças militares no Oriente Médio.

Os EUA determinaram que Israel não respondesse com ataques ao território iraniano. Biden exigiu que Netanyahu aguardasse para avaliar como os EUA iriam retaliar o Irã – fala-se em aumento de sanções econômicas ao país. O “direito de defesa” de Israel, como se vê, está condicionado pelos interesses do imperialismo estadunidense, em primeiro lugar. É provável que

Israel pretenda atacar alvos iranianos, seja no Irã ou na Síria ou em qualquer outro país. Interessa ao sionismo demonstrar que teve como se defender diante de forças armadas mais sofisticadas e melhor preparadas, com recursos e capacidade técnica qualitativamente superiores às do Hamas e do Hezbollah, e que não se intimidará. Mas, o certo é que os EUA não poderiam, de fato, passar a uma ofensiva contra o regime iraniano, sem se comprometer abertamente em uma guerra que exporia suas grandes dificuldades para travar combates simultâneos na Ucrânia e no Oriente Médio. Seu retrocesso tecnológico militar ficou exposto nas contínuas derrotas da Ucrânia, apesar dos numerosos equipamentos militares e os contingentes de tropas da OTAN, disfarçados de “mercenários”. Ficou assim exposta sua debilidade em lidar com sua própria crise econômica, e a subserviência sionista aos EUA.

A guerra contra os palestinos, no entanto, continuará, porque a ajuda a Israel objetiva manter em pé seu Estado, que serve de enclave o imperialismo na região. Nesse sentido, a ajuda criminosa da Jordânia em derrubar drones e mísseis iranianos deixou às claras até que ponto as monarquias burguesas árabes estão corrompidas. O que prenuncia choques com as massas do país, as que tomaram as ruas em defesa dos palestinos, e exigem que se rompam todas as relações com o sionismo. O governo da Jordânia pagará pelo seu servilismo com os levantes de massas e conflitos sociais em seu país.

Um fato incontestável é que um aspecto antes sólido do direito internacional foi completamente rasgado pelo sionismo, quando desconheceu as resoluções de cessar fogo da ONU, e atacou a embaixada iraniana na Síria. As atuais mudanças na correlação de forças econômicas e sociais mundiais depois do fim da 2ª Guerra Mundial





desintegraram as bases que serviam de fundamento para os acordos e organizações que brotaram dela. Mas, serviu de cobertura retórica ao regime iraniano, para responder militarmente à prepotência sionista. Quando exposto às claras, fica exposto o conteúdo dos choques cada vez mais intensos entre as nações oprimidas do Oriente Médio contra o imperialismo e seu laiaio sionista. Por isso, as massas, em vários países, tomaram o ataque do Irã como uma medida de legítima autodefesa.

Daí que o ataque do Irã foi festejado pelas massas árabes. É importante que se apoiem nele, para ganhar confiança em suas próprias forças, e dar passos objetivos pela derrota militar do imperialismo e do sionismo. A derrota do imperialismo e do sionismo será favorável à luta do proletariado e dos demais oprimidos no mundo todo, pela sua libertação e pelo fim da opressão nacional. Ainda que a maioria dos governos da região negociem diariamente o sangue palestino e das massas e nações árabes oprimidas, em função dos interesses de suas oligarquias monárquicas corrompidas, são obrigados a recusar qualquer apoio direto ao imperialismo e ao sionismo, porque temem a reação da maioria nacional em seus países. Essas já se colocaram radical e massivamente ao lado dos palestinos. Facilitar ataques do imperialismo ou do sionismo contra o Irã pode levar à insurgência da população contra as monarquias árabes.

Essa é a mudança essencial na situação política que reflete a nova fase da luta de classes, marcada pelo apoio das massas mundiais à Palestina e pelo crescente sentimento de vingança dos explorados contra o sionismo e o imperialismo. O que se vem processando em

**Quando exposto às claras, fica exposto o conteúdo dos choques cada vez mais intensos entre as nações oprimidas do Oriente Médio contra o imperialismo e seu laiaio sionista. As massas, em vários países, tomaram o ataque do Irã como uma medida de legítima autodefesa.**

meio à desintegração dos acordos diplomáticos e das relações políticas entre os estados erguidos desde a Segunda Guerra Mundial. O que, sem dúvida, cria uma situação explosiva em face do desenvolvimento da luta das massas e seus choques contra os governos. O fato dos países árabes, aliados dos EUA, se negarem a permitir que as bases norte-americanas sejam utilizadas contra objetivos iranianos procura evitar a revolta em seus países. O mesmo objetivo está por trás da decisão dos EUA de “aguardar” antes de realizar um ataque junto ao sionismo contra o Irã.

Estão colocadas as bases para que se erga e se retome a luta anti-imperialista, a partir da luta dos explorados e oprimidos do mundo todo contra o genocídio, sob a direção política do proletariado. Irã, Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmica e os houthis, assim como as numerosas milícias islâmicas que enfrentam o imperialismo e o sionismo no Iraque e na Síria expressam a revolta das nações e dos povos oprimidos, contra a brutal opressão nacional e o genocídio sobre as massas palestinas-árabes. É por isso que os explorados e oprimidos do mundo todo, que se levantam massiva e incondicionalmente ao lado do povo palestino, têm a tarefa de elevar a sua mobilização, levantando a bandeira da derrota militar e expulsão do imperialismo, sem se subordinar à política e programa das organizações nacionalistas árabes. Não é possível à burguesia e pequeno-burguesia nacionalista islâmica desenvolverem a luta

anti-imperialista, por seu caráter de classe e seus interesses particulares. A derrota, expropriação e expulsão do imperialismo dependem de juntar as grandes mobilizações ao programa e política do proletariado como classe independente. Entretanto, não há, ou não comparece, sua direção revolucionária. Mas, se poderá dar um passo nesse caminho, caso se rompa com a paralisia de suas direções políticas, e se combata os governos com os métodos da luta de classes, e lhes imponha a imediata ruptura de todos os acordos com Israel. O cessar fogo definitivo, e a derrota militar do sionismo e expulsão do imperialismo pode avançar, se o proletariado toma em suas mãos a tarefa de bloquear portos e aeroportos, deflagrar greves e ocupações de fábricas militares, paralisando completamente o envio de munições e armas que sirvam ao genocídio em Gaza ou para atacar o Irã. O estrangulamento das capacidades sionistas será um passo objetivo e concreto que permitirá à classe operária derrotar o imperialismo, e facilitará que sua vanguarda com consciência de classe construa seus partidos revolucionários e derrote suas burguesias.

**É dever dos explorados e oprimidos do mundo todo estar ao lado do Irã diante do imperialismo e do sionismo! Defender incondicionalmente o legítimo direito dos povos e das nações oprimidas à autodefesa! Pela derrota militar total do sionismo e a expulsão do imperialismo de todo Oriente Médio!** ●

## O Cerqui muda de posição novamente sobre a Ucrânia, sem nenhuma explicação, e não toma posição ao lado do Irã

O manifesto de 1º de Maio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), integrado pelo POR boliviano, argentino e brasileiro, conclui com algumas bandeiras. Chama a atenção a presença da bandeira de “*Derrotar o imperialismo, expulsar a OTAN, acabar com o armamentismo, acabar com suas guerras!*”, mas também chama a atenção a ausência das bandeiras de “*Retirada das tropas russas da Ucrânia e fim das anexações!*”, que era a sua mais recente versão de resposta à guerra ali. Esta última bandeira já a criticamos, por expressar a defesa da vitória militar da OTAN contra a Rússia, uma posição reacionária e pró-imperialista. Sem explicações públicas, foi engavetada em favor de outra nova.

“

...

**(...) a única possibilidade concreta atual de derrota do imperialismo é com a vitória militar da Rússia, em maior ou menor grau. O que certamente está em oposição à defesa anterior, de “retirada de todas as tropas russas” da Ucrânia, e “paz sem anexações”.**

Nota-se que o autor do texto realizou a suposta artimanha de ocultar as palavras “Ucrânia” e “Rússia” da formulação. Mas, basta observar que se refere a “expulsar a OTAN”, para se concluir inevitavelmente que se trata da guerra travada ali. Em que outro lugar do mundo a OTAN está dentro de outro país e em guerra? A única conclusão possível é que se está referindo à Ucrânia.

Nesse país, a única possibilidade concreta atual de derrota do imperialismo é com a vitória militar da Rússia, em maior ou menor grau. O que certamente está em oposição à defesa anterior, de “retirada de todas as tropas russas” da Ucrânia, e “paz sem anexações”. Não se explica por que as ban-

deiras tão entusiasticamente defendidas durante dois anos foram parar na caixa de lixo eletrônico.

Enquanto estivemos no POR, antes de nossa expulsão como Fração, combatemos as bandeiras pró-imperialistas defendidas pela direção do Cerqui, e pelas suas seções nacionais. Mostramos que a guerra na Ucrânia expressava, de um lado, a necessidade imperialista de destruir a economia nacionalizada na Rússia e na China, e para isso seria necessária a destruição dos Estados Operários degenerados; e de outro, a necessidade da burocracia russa de preservar a sua fonte de poder e ganhos, essa mesma economia nacionalizada, contra as pretensões do imperialismo. Apontamos que a burocracia russa se move por esses interesses, e por isso busca incessantemente um acordo circunstancial com o imperialismo, que lhe garanta a sobrevivência da sua fonte de poder e ganhos, e que esses acordos são sempre momentâneos, preparam o caminho para novos confrontos no futuro. Por isso, sob o poder da burocracia, não haverá paz duradoura na Ucrânia, nem entre as potências imperialistas e a Rússia e a China. Daí a importância fundamental da defesa do programa da revolução política, que tem como estratégia a derrubada da burocracia e devolverá o poder político e econômico ao proletariado. A realização desse programa permitirá levar a Rússia e a China à luta revolucionária contra o imperialismo mundial, provavelmente por meio de guerras revolucionárias, de classe.

A defesa do programa da revolução política implica a defesa da propriedade nacionalizada pela revolução na Rússia e na China, apesar de seus governos burocráticos ditatoriais e restauracionistas do capitalismo (contrarrevolucionários). Em uma guerra que envolva o imperialismo, seja todo ele ou uma de suas potências, contra qualquer outro país, seja onde ocorreu a revolução ou seja um país semicolonial, cabe estar na trincheira de luta contra o imperialismo, sem apoiar politicamente qualquer governo, ou seus métodos. No caso concreto da Ucrânia, estar ao lado da Rússia, sem apoiar Putin, nem a burocracia, nem sua po-

lítica e seus métodos. Concretamente, a defesa da propriedade nacionalizada na Rússia e a derrota da OTAN na Ucrânia é do interesse do proletariado mundial.

Quando o Cerqui abandonou a caracterização histórica fundacional da Rússia e da China como Estados Operários degenerados, teve de abandonar também o programa da revolução política. Embora não tenham a menor clareza de que país se trata a Rússia hoje, (semi-colonial – “sui generis” ou “com distinção” –, imperialista, potência regional, etc.), renegam o programa da revolução política. Por isso, suas interpretações e bandeiras são sacadas da conjuntura, como ocorre com os centristas, em geral. Se há uma contraofensiva da Ucrânia sobre a Rússia, torcem para que dê resultado e derrote Putin, que, segundo os revisionistas, somente disporia de armas do “período soviético” (!?!?!); se há um avanço militar russo sobre a OTAN, então a OTAN o equilibra com a incorporação da Suécia e da Finlândia. Tudo se ajeita para evitar que se reconheçam os graves erros cometidos.

Uma das características do revisionismo antimarxista é justamente atuar sem o método da crítica e da autocritica, a ausência do reconhecimento e explicação dos erros, a publicação honesta de correções quando necessárias. A mudança de bandeira, que é realizada de forma oportunista, porque não é clara em relação ao que se diz, é mais um elemento do revisionismo antimarxista que domina a atual direção do Cerqui e que está destruindo as conquistas programáticas do POR boliviano dos tempos de Guillermo Lora.

### RESPOSTA AO REVIDE DO IRÃ: MAIS UMA DO REVISIONISMO OPORTUNISTA

O manifesto do POR brasileiro à retaliação iraniana em relação aos ataques de Israel à sua embaixada na Síria, depois de desgastar o leitor contando história sem análise e sem precisão, termina assim:

*“Pelo fim imediato da guerra do Estado sionista contra os palestinos!*

*Pela autodeterminação do povo palestino!*

*Apoio às nações oprimidas que*

■ ■ ■ **Existe nas declarações do POR e do Cerqui uma rejeição à política leninista de defesa de um país oprimido, ou de economia nacionalizada, atacado pelo imperialismo, não importando seu governo.** ■ ■ ■

*reagem à opressão imperialista e ao expansionismo sionista!  
Organizar frente única anti-imperialista, sob o programa e a direção da classe operária.  
Viva o internacionalismo proletário!  
Toda força à luta para derrotar o imperialismo!*

Note-se que, nem no texto cansativo, nem nas bandeiras que o encerram, há uma defesa clara do Irã contra o imperialismo e o sionismo. O que existe é uma afirmação genérica, que poderia valer para a tomada de um posicionamento: “Apoio às nações oprimidas que reagem à opressão imperialista e ao expansionismo sionista!”. Mas, por que então não toma uma posição ao lado do Irã contra o sionismo e o imperialismo?

Se se faz um paralelo com o Hamas, vimos a mesma coisa. O editor do jornal Massas 711 chegou ao ponto de censurar uma transcrição de uma fala de um de seus militantes em um ato em defesa da palestina porque se referiu claramente a um apoio ao Hamas. Basta comparar o áudio e a fala, públicos. Também cortou as várias defesas que foram feitas da “insurreição armada” como saída aos palestinos, o que revelou o profundo desconhecimento da resistência palestina em Gaza.

Existe nas declarações do POR e do Cerqui uma rejeição à política leninista de defesa de um país oprimido, ou de economia nacionalizada, atacado pelo imperialismo, não importando seu governo. Enterrou no passado a política revolucionária de defesa da Argentina governada por uma ditadura militar contra a Inglaterra democrática, ao redor da guerra pelas Ilhas Malvinas.

Deixa assim subentendido que poderia estar ao lado do Irã contra o ataque do sionismo e do imperialismo, mas não o afirma. Claro, como poderia consequentemente explicar que não está ao lado da Rússia contra a OTAN, apesar de Putin?

No final das contas, o POR e o Cerqui procuram esconder sua política de paralisia e omissão diante de conflitos bem concretos e imediatos da luta de classes com as afirmações de que “só quando o proletariado estiver organizado e mobilizado ao redor de seu programa independente” será possível alguma coisa. Como isso é colocado para

um futuro distante, os acadêmicos se sentam confortavelmente em suas poltronas e ali aguardam, “orientando” seus seguidores.

#### **NA CAPA DO MASAS BOLIVIANO. A NOVA ESTRATÉGIA POLÍTICA DA DIREÇÃO REVISIONISTA**

O jornal Masas de 24/04/2024, volta-do ao 1º de Maio, estampa em sua capa: “por um governo operário, camponês e de todos os oprimidos”. Lembramos que a bandeira de governo histórica do POR boliviano sempre foi a de “governo operário e camponês”, que reflete a necessidade da aliança entre essas duas classes que conformam a essência da maioria nacional oprimida do país – aliança entre a única classe revolucionária, por estar diretamente ligada à produção social, com a classe que é a maioria nacional e que produz os alimentos para a população assalariada do país, em geral na forma familiar – bandeira essa conclusiva da caracterização do país como capitalista atrasado, semicolonial e de economia combinada (combina formas de produção capitalistas e pré-capitalistas). A fórmula de “governo operário e camponês” está assentada no programa elaborado a partir da aplicação do socialismo científico à realidade do país. Expressa a aplicação do programa de Transição da IV Internacional à Bolívia.

A adição de “e de todos os oprimidos” à bandeira não corresponde a uma formulação marxista. “Oprimido” não é classe social. Abarca classes e camadas de classe diversas. No caso concreto, os “oprimidos” não operários, nem camponeses. Obviamente, está fazendo uma referência a setores da classe média, da pequena burguesia das cidades. A direção do POR boliviano segue atuando sob as pressões de classe dos setores em que ainda mantém uma penetração social: professores e estudantes, ainda que em retrocesso. Revela-se concretamente como a perda da ligação direta com o proletariado boliviano foi abrindo caminho para que penetrassem as pressões da pequena burguesia e academia. A mudança na bandeira estratégica corresponde a esse vínculo maior com a pequena burguesia. As pressões que vêm tam-

bém da academia vão fazendo com que a direção deixe de lado os conceitos, caracterizações e posições históricas do partido. Dentre o conjunto de conceitos do socialismo científico abandonados pela atual direção, citamos um exemplo, que é reafirmado várias vezes em suas teses sobre o conflito na Ucrânia, aprovado no Congresso do Cerqui de setembro de 2002: o de que a propriedade social teria sido estabelecida na URSS durante todo o tempo de sua existência. O trotskismo fez uma luta de décadas contra o estalinismo ao redor da crítica a teoria do socialismo um só país, que tem como uma de suas bases a caracterização antimarxista de que havia a propriedade social dominante na Rússia nos tempos da URSS. Como todo leitor de Marx sabe, a propriedade social dominante somente existirá quando ela for de todos e de ninguém ao mesmo tempo, quando as classes sociais estiverem ao ponto de se extinguirem, numa etapa superior da transição ao socialismo. Todo trotskista sabe que a burocracia soviética jamais reivindicou os reais conceitos e métodos do socialismo científico, ela é sua negação. Assumir conceitos que por essa burocracia foram formulados, e que foram transmitidos pela academia burguesa nas universidades, é dar uma facada no programa histórico do POR de Guillermo Lora. Agora, incluem na formulação estratégica de governo do partido um conceito acadêmico, não marxista. A mudança de estratégia pela direção, sem que isso seja sequer discutido e aprovado em um congresso, é a maior prova de que além de revisionistas são burocráticos. ●

#### **FOLHETO**

### **Pontos para uma Resolução Internacional**

### **Situação Nacional**

Apresentadas às Conferências Regionais  
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa  
Dezembro de 2022

**Adquirir com nossos militantes!**



## As mudanças nas relações de forças mundiais condicionam as guerras e os alinhamentos

O ataque massivo de drones e mísseis do Irã contra Israel e a resposta desse ataque ao Irã, semanas depois, mostraram uma mudança profunda nas relações de forças mundiais. Tanto o ataque iraniano quanto a resposta israelense foram protocolares. Não visaram a deflagrar uma guerra regional internacionalizada e em grande escala. As retaliações foram contidas, de um lado, pela Rússia (aliada estratégica do Irã), e, de outro, pelos EUA. Tanto o governo teocrático iraniano como o regime genocida sionista precisam ser avaliados e apoiados pelo imperialismo e pela casta burocrática estalinizada.

da produção capitalista têm impedido cada vez mais o imperialismo, especialmente norte-americano, alcançar seus objetivos estratégicos, tanto na concorrência da guerra comercial, quanto na manutenção de suas capacidades militares. O que se verifica tanto na incapacidade de produzir em escala e ritmo suficiente para continuar sua guerra contra a Rússia na Ucrânia, e abrir novas frentes de conflito na Ásia contra a China, simultaneamente.

Ainda que é certo que essa tendência até agora esteja equacionada pelo volume de riquezas ainda disponíveis, traduzido em um gigantesco volume de armas e munições nas décadas an-

vantajosas em ramos de produção chave mundial, a exemplo de tecnologia de ponta. Esses avanços refletem-se no desenvolvimento das indústrias militares e de suas capacidades bélicas. A indústria nacionalizada russa – apesar de sua direção burocrática contrarrevolucionária – tem permitido não apenas manter um elevado nível de vida das massas diante do bloqueio econômico imperialista e dos gastos de guerra, como elevar sua produção industrial várias vezes, incluindo novos avanços tecnológicos que lhe deram grande vantagem na Ucrânia diante da coalizão imperialista, que arma e sustenta a guerra contra a Rússia.

É precisamente esse caráter progressivo das economias estatizadas em permitir avanços relativos em meio às tendências de estagnação da produção capitalista que a burocracia tenta preservar com todas suas forças, não para avançar em direção à derrota do imperialismo, mas para ter vantagens em seu objetivo de negociar com ele, uma vez que, da permanência dessas bases materiais conquistadas pela revolução, depende sua existência de casta parasitária. Isso explica porque a Rússia, assim como a China com suas particularidades, faz de tudo para não projetar as tendências bélicas e evita um conflito direto com o imperialismo. Seja na Ucrânia, seja no Oriente Médio, enquanto o imperialismo precisa estender esses conflitos, as burocracias estalinistas procuram, por todos os meios, freá-los e negociar tréguas, acordos de paz, etc.

Essas mudanças são expressão das contradições da anarquia da produção e concorrência capitalistas, e das tendências históricas progressivas das economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias, apesar das deformações burocráticas. O que se reflete nas tentativas do imperialismo em conter Israel, e da Rússia e da China fazer o mesmo com o Irã. Mas, não apenas refletem mudanças na base econômica mundial, como também as contradições nas relações entre as classes mundiais, que hoje se mostram muito desfavoráveis ao imperialismo e ao sionismo. A revolta dos

“

...

***Por isso é que ainda que interesse ao imperialismo a destruição maciça de forças produtivas mundiais, especialmente das economias nacionalizadas pelas revoluções, assim dando sobrevida à decomposição capitalista, tem à sua frente não apenas os gargalos produtivos de suas economias, mas o rápido desenvolvimento das economias nacionalizadas no mercado e no comércio mundiais e, particularmente, na indústria militar.***

Os EUA não compactuaram com o ataque à embaixada iraniana em Damasco, Síria. Israel pretendia com essa ação unilateral arrastá-los a um apoio mais amplo contra Irã, e romper o isolamento do estado genocida sionista diante dos movimentos operários e populares, mas também das instituições políticas mundiais, pela sua política de genocídio e apartheid racista na Palestina. O sionismo é ciente das necessidades do imperialismo de continuar os conflitos bélicos, para estender os ganhos parasitários de sua indústria armamentista e, assim, equacionar as tendências de queda que abalam sua economia.

Aos EUA, interessa a continuidade do genocídio contra os palestinos e da guerra na Ucrânia, que resultam em fabulosos lucros monopolistas. Mas, não podem estender os choques militares de forma ampla, sem se chocar com sua permanente falta de fundos e dinheiro para fazer a guerra em múltiplas frentes. O agravado processo de desindustrialização e a própria divisão mundial

teriores, a situação de avanço russo na Ucrânia demonstra que existe o risco potencial de se ampliarem as guerras, e os EUA não teriam como imediatamente elevar a produção bélica ao ritmo de produção russo e chines. Por isso é que ainda que interesse ao imperialismo a destruição maciça de forças produtivas mundiais, especialmente das economias nacionalizadas pelas revoluções, assim dando sobrevida à decomposição capitalista, tem à sua frente não apenas os gargalos produtivos de suas economias, mas o rápido desenvolvimento das economias nacionalizadas no mercado e no comércio mundiais e, particularmente, na indústria militar.

A Rússia continua crescendo em sua produção industrial, agrícola e militar a ritmos estáveis. Apesar de manifestar os reflexos da crise mundial no interior de sua economia, a China conseguiu, na base de sua indústria nacionalizada, continuar a dar saltos na produção, ainda que menores, e conquistar posições produtivas mais

estudantes universitários norte-americanos contra o apoio e colaboração (científica, acadêmica, econômica, etc.) de suas instituições com o sionismo, assim como a crescente atividade e ações coletivas (bloqueios de portos e aeroportos, bloqueios de indústrias militares na Inglaterra, manifestações contra o genocídio em Gaza se projetando por todas as bases sindicais, etc.) de destacamentos operários atuam contra os interesses econômicos do imperialismo e do sionismo. No Oriente Médio, revela-se a impotência dos regimes burgueses em continuar negociando o sangue palestino para preservar seus interesses, sem entrar em choque com a revolta das massas contra sua inação e cumplicidade com o genocídio palestino. O mesmo curso geral se observa na Europa. São permanentes e crescem as manifestações dos assalariados e oprimidos europeus contra o envio de armamentos para Ucrânia à custa de destruir direitos e rebaixar as condições trabalhistas e salariais. Essas condições projetam os choques de classes antagônicas da sociedade e abrem um caminho para estrangular o sionismo e derrotar a burguesia imperialista.

As condições da luta de classes são muito favoráveis aos explorados e aos

demaís oprimidos. O instinto anti-imperialista entre as massas surge por toda parte e se estende mundialmente. O instinto internacionalista do proletariado se expressa nas ações (ainda muito limitadas) que levam ao estrangulamento das capacidades militares de Israel, inclusive superando a conivência de suas direções sindicais e políticas com os governos burgueses, que continuam negociando com o sionismo e se subordinando aos interesses do imperialismo. A revolta estendeu-se ainda para todas as camadas dos explorados, que reagem aos ataques dos capitalistas. Essa contradição entre as tendências de luta e a cumplicidade e caráter reacionário de seus governos, sejam de esquerda ou de direita, colocam a importância prática e tática das bandeiras que projetam a derrota do sionismo e das burguesias, que permitam unir as lutas instintivas com o programa e estratégia revolucionária.

Lutar pelas reivindicações mais sentidas das massas e a ação direta contra a indústria e o transporte de armamentos nos países imperialistas, radicalizando os combates e manifestações para arrancá-las dos governos com a luta de classes, isso ataca a base de sustentação do belicismo e do parasitismo financeiro, que desgraça

*Essa contradição entre as tendências de luta e a cumplicidade e caráter reacionário de seus governos, sejam de esquerda ou de direita, colocam a **importância prática e tática das bandeiras que projetam a derrota do sionismo e das burguesias, que permitam unir as lutas instintivas com o programa e estratégia revolucionária.***

os palestinos e os explorados. É nesse sentido que a derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina e na Ucrânia, e a defesa da economia estatizada da Rússia e China contra as ameaças de sua destruição pelo imperialismo, interessam ao proletariado, para abrir caminho à conquista de suas reivindicações e ao avanço para a derrota da burguesia mundial em cada país e no mundo todo, interligando as lutas pelas reivindicações à luta revolucionária mundial. ●

## Argentina

# Rebelião das universidades públicas contra os ajustes

Em 23 de abril, aconteceu a greve geral das universidades públicas na Argentina. Milhões encheram as ruas e bloquearam avenidas por todo o país, em resposta à ofensiva do governo ultradireitista contra o ensino superior. Milei manteve o mesmo valor do orçamento para o ensino superior repassado pelo governo de Fernández, em 2023. É um corte de 70% no orçamento previsto por lei para 2024, que deveria ser ajustado à inflação interanual registrada (270%). Enquanto isso, comprou a toque de caixa 16 aviões F-16, por US\$ 650 milhões. Ao mesmo tempo que garantia fundos adicionais aos EUA em sua procura de dinheiro para continuar a guerra na Ucrânia e o genocídio em Israel, Milei colocava à beira do colapso a educação pública.

O ataque à educação superior pública e gratuita foi permanente, desde a redemocratização burguesa, em 1983.

Seu esvaziamento e cortes orçamentários agravam-se, ano após ano. Todos os governos, sem exceção, aplicam as diretrizes fiscais e orçamentárias impostas pelo capital financeiro. Milei pretende pôr o prego no caixão, destruindo para impor a privatização. A exemplo do que acontece na USP, as empresas estão de olho, via “fundações” e serviços terceirizados, no parasitismo do orçamento, na cobrança de taxas para cursos e pós-graduações, e no financiamento de pesquisas que sirvam aos objetivos de ampliar seus lucros na produção.

Após o ataque do governo, as reitorias das universidades públicas informaram que apenas têm fundos para funcionar até meados de junho, e que não poderiam pagar salários, realizar investimentos previstos, pagar luz e água, garantir calefação no inverno, etc. Há duas semanas, vinham reali-

zando-se manifestações, assembleias, reuniões, aulas públicas nas ruas e nas entradas dos prédios universitários, preparado uma resposta massiva ao ataque. O que garantiu que a greve fosse massiva, nacional e unitária, reunindo as universidades de todo o país. Gigantescas colunas de professores, funcionários e estudantes das universidades foram reforçadas pelas colunas dos sindicatos (ferroviários, borracheiros, caminhoneiros, etc.), movimentos sociais e estudantes secundaristas, assembleias populares, comerciantes, etc. Não houve como o governo aplicar o “protocolo de segurança” da Ministra Bullrich, que visa a militarizar as ruas e as manifestações. Como na greve geral de janeiro, mostrou-se a impotência das forças policiais em impedir as massas quando mobilizadas.

Diante da maior e mais massiva manifestação em déca- **continua** →



das, Milei tentou desqualificá-las como “socialistas” e “comunistas”. Acusou as universidades de serem “centros de doutrinação” ideológico. E ameaçou realizar “auditorias” para mostrar os “interesses” por trás das mobilizações.

Após a derrota da “lei ônibus” e o fracasso do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), a crise política do governo e sua incapacidade de cumprir com seus objetivos ficaram ainda mais evidentes. A revolta da educação universitária pública se refletirá em maior fraqueza do governo para negociar, com governadores, prefeitos e legisladores – tanto aliados quanto da oposição –, as leis recentemente enviadas para discussão no Parlamento. Soma-se a isso a ruptura no interior do bloco parlamentar da Liberdade Avança, partido do presidente, e o crescimento da rejeição de seu governo entre a parcela que votou nele – especialmente da pequena burguesia arruinada e dos assalariados.

O apoio massivo da população à greve das universidades obrigou Milei a ter um gesto demagógico, para tentar evitar uma crise maior. Disse que respeitaria o aumento de 70% do orçamento, mas apenas para cobrir os gastos de funcionamento (5,5% do total), enquanto mantém congelado esse aumento para pagamento de aumentos salariais, investimentos, etc. (95% do total). Trata-se de uma manobra para equacionar a revolta da maioria da população (60%), que rejeita o ajuste do governo sobre as universidades. 80% considera seu financiamento como uma obrigação do Estado. Bastaria isso para demonstrar que seu ataque o colocou em choque com a maioria nacional, e ainda que a privatização das universidades públicas é objetivo de uma minoria de funcionários e capitalistas que, ora querem ser sócios na explora-

ção da educação privada, ora almejam criar “fundações” que possam atuar junto das universidades para parasitar dos recursos financeiros do estado.

O estrangulamento orçamentário universitário, o aumento dos custos da saúde e ensino privados, as demissões em massa de funcionários, a privatização e fechamento de empresas públicas, o rebaixamento de salários e aposentadorias, a destruição das capacidades produtivas instaladas, a primarização da produção e o favorecimento do parasitismo financeiro etc. são a “fórmula de ouro” para alcançar o superávit fiscal que é o objetivo do governo, para pagar dívida pública, rebaixando violentamente as condições de vida dos assalariados e destruindo os serviços públicos essenciais. Nos fatos, Milei aplica a mesma diretriz do capital financeiro para o Brasil. O Arca-bouço Fiscal objetiva garantir os mesmos objetivos do parasitismo financeiro, inclusive arrojando e retirando verbas das universidades e dos institutos técnicos. Sejam de direita, sejam de esquerda, todos os governos burgueses semicoloniais devem aplicar as diretrizes do imperialismo, ainda que isso signifique destruir e privatizar serviços públicos essenciais.

As universidades e IFs no Brasil foram obrigadas a sair em greve pelas suas reivindicações, em defesa de suas condições de trabalho e de estudo. Na Argentina também se expressa essa tendência geral, mas também se apresentam as condições para derrotar o governo, que está cercado por uma tendência nacional e radicalizada de luta operária e popular. Certo é que ainda conta a seu favor com o servilismo e democratismo da burocracia sindical peronista, que fez uma greve de 24 horas em janeiro, e prepara outra para 9 de maio, mas sem organi-

zar as fábricas e os locais de trabalho para parar todo o país, ocupar as ruas, ocupar prédios e avenidas, etc., até obrigar o governo a retirar os ataques. Não fosse a conciliação dessas direções peronistas, as ilusões democráticas no parlamento e a ausência da direção revolucionária, as condições na Argentina (também no Brasil) levariam à radicalização da luta de classes das massas contra os governos.

Na Argentina, as tendências de luta estão presentes em todos os setores e ramos econômicos. Nos hospitais públicos, são frequentes as manifestações e paralisações por aumento salarial, direitos e mais orçamento. Nos bairros, milhares de desempregados se mobilizam por aumento do valor dos subsídios sociais, comida e direito à moradia. Nas fábricas, aumenta a revolta de operários, e a burocracia é pressionada a responder aos ataques do governo. Trata-se de manifestações de uma tendência geral de revolta, que poderá abrir caminho a levantes como no Chile, na Colômbia e no Peru, em 2019 e 2020.

A greve da educação é parte desse processo, que continua seu curso ascendente. Qualquer passo em sua transformação em luta geral e nacional preparará as massas para dar saltos na luta de classes. A unidade nacional na luta de todos os explorados e oprimidos contra o governo está colocada. Estão sendo colocadas as condições objetivas para uma greve geral por tempo indeterminado. A vanguarda deve impulsionar essa tendência nas fábricas, nas universidades, nos bairros, etc., convocando assembleias e plenárias para discutir e aprovar um plano unitário de reivindicações e os métodos para impô-las. Essa é a via para derrotar o governo e impedir os burocratas de abortar a luta de classes. ●



# A revolta das universidades e a política proletária



No dia 23/04, foi realizada uma das maiores greves na história das universidades públicas da Argentina, em resposta ao congelamento do repasse dos fundos orçamentários garantidos por lei. A paralisação afetou universidades, e bloqueou avenidas, rodovias e ruas.

O desmantelamento da educação superior pública e gratuita afeta toda a América Latina. As privatizações avançam, sendo Chile e Brasil os exemplos mais destacados desse processo de favorecimento dos lucros monopolistas, que parasitam os recursos estatais e procuram compensação à queda da taxa de lucros na produção, mercantilizando a educação, transformando o ensino em mercadoria. Por isso, é prática dos governos afogar orçamentariamente as universidades para dar conta desse processo.

No Paraguai, o Fundo para a Excelência da Educação e Investigação (FEEI), que contava com 26% desses fundos fiscais (formados pelos ingressos vindos da geração de energia na represa de Itaipú) para a educação, foi anulado pelo governo direitista de Peña, ameaçando assim o programa “taxa zero”, que garante acesso aos programas de bolsas para estudantes de “baixa renda”. Por isso, os estudantes paraguaios decidiram paralisar as atividades acadêmicas, administrativas e serviços assistenciais. Exigem 100% dos repasses previstos pelo programa. Estiveram em greve e ocupadas: Ciências Sociais, Arquitetura, Design e Artes, Politécnica, Exatas e Ciências Naturais, Filosofia, Agrárias, Veterinária e

Economia. A Universidade Nacional de Assunção (UNA) decidiu manter os serviços essenciais em funcionamento, e exigiu Mesa de Diálogo com o governo. No alvo dos estudantes, está a “Lei Fome Zero”, que anulou o Fonacide, e centralizou seus recursos nas mãos do governo para distribuição discricional, via subsídios, e para os negócios particulares dos amigos do governo.

Reajuste zero, cortes orçamentários, congelamento de verbas e dos repasses também levaram as universidades e os institutos federais do Brasil a deflagrarem uma grande greve nacional. O movimento se vinha constituindo desde que o governo não apresentou qualquer reajuste, no começo do ano, e anunciou novos cortes de verbas para garantir o Arcabouço Fiscal e, assim, pagar a dívida pública.

As revoltas das universidades nesses países demonstram que os governos burgueses (de esquerda e de direita) aplicam os mesmos programas e receitas que lhes são ditadas pelo imperialismo em benefício do parasitismo financeiro e dos negócios particulares dos capitalistas. A burguesia precisa atacar todos os direitos e enxugar e privatizar os serviços públicos, para garantir o sustento parasitário dos lucros da burguesia.

É parte dessa ofensiva a destruição e a privatização da educação superior pública, uma conquista democrática da Reforma Universitária de Córdoba, Argentina, em 1918. Durante o século XX, cursos de extensão e de pós-graduação foram parcial ou totalmente privatizados. E o encarecimento dos cus-

**(...) os governos burgueses (de esquerda e de direita) aplicam os mesmos programas e receitas que lhes são ditadas pelo imperialismo em benefício do parasitismo financeiro e dos negócios particulares dos capitalistas. A burguesia precisa atacar todos os direitos e enxugar e privatizar os serviços públicos, para garantir o sustento parasitário dos lucros da burguesia.**

tos de materiais, transportes, serviços e o rebaixamento dos salários levaram a um estreitamento o acesso da juventude oprimida. Cresceram as ofertas de educação privada, restringindo o acesso às públicas, garantindo, assim, aos monopólios da educação privada, elevados lucros, pela procura de carreiras, compra de vagas ou pagamento de bolsas pelo Estado. O avanço do ensino on-line foi mais uma linha de enriquecimento das privadas, ao mesmo tempo em que degradou as condições de trabalho e de estudo, reduzindo os custos empresariais, rebaixando-se os conteúdos e a formação científica.

A Conferência Regional da Educação Superior, realizada no centenário da Reforma Universitária, em Córdo-

ba, reafirmou os princípios históricos do direito à educação superior. Mas, os participantes foram impotentes para defender um programa e indicar os métodos para defendê-lo diante dos ataques dos governos. Não se deve desconhecer tampouco que um setor amplo da burocracia universitária se enriquece e se eleva por cima das condições de vida dos assalariados, ao se associar às fundações e à produção de estudos e de pesquisas para a burguesia. Adaptaram-se ao ensino virtual e à formação técnica rebaixada, à procura de benesses e repasses de orçamento. Por meio dessa casta, se manifestam os interesses da burguesia como classe dominante e, quase sempre, se opõe à luta coletiva. Entretanto, os ataques são tão violentos e profundos que ameaçam até seus privilégios e condições de vida. O que os obriga a se apoiarem circunstancialmente nos movimentos, que crescem, se estendem e se fortalecem, a fim de contê-los e desviá-los, e negociar no campo dos planos dos governos aos quais estão subordinados.

O curso de destruição e privatização do ensino superior, nas semicolônias, reflete o curso de desindustrialização e destruição de forças produtivas em benefício do parasitismo financeiro. Não interessa à burguesia imperialista garantir volumosos investimentos

estatais e privados que não se refletem diretamente em aumento dos lucros na produção social. Mais ainda, quando esses elevados e demorados investimentos não têm como ser traduzidos em novos saltos na produção, pelo estreitamento dos mercados, pela queda tendencial da taxa de lucros, e pela procura parasitária de lucros rápidos.

A real defesa da educação pública está nas mãos de estudantes, funcionários e professores que vivem de seus salários (cada vez mais são rebaixados) e veem destruídas suas condições de trabalho. É o que se passa na Argentina, que ainda conta com maioria de universidades públicas e gratuitas (65 universidades, com 2,1 milhões de estudantes) ameaçadas de privatização total ou parcial.

A defesa da educação superior pública, gratuita, laica e científica vai além da defesa de um direito democrático, diz respeito fundamentalmente a defender, da destruição, por meio da luta de classes, um montante volumoso de forças intelectuais da produção que durante décadas foram constituídas com investimentos e capitais estatais. Manter os avanços científicos e os conhecimentos conquistados, e os aplicar ao desenvolvimento das forças produtivas já não interessa tanto à burguesia, mas sim interessa à política e à estratégia do proletariado. O

fundamento da luta de classes no interior das universidades é ditado pelo objetivo histórico do proletariado, que, uma vez conquistado o poder, se apoia nesse conhecimento especializado encarnado por professores, cientistas, técnicos e administradores formados na universidade (parte do capital social acumulado pelo desenvolvimento das forças produtivas, na forma de generalização teórica e elaboração científica da prática desenvolvida pelos homens na produção social), isto é, nas “forças intelectuais da produção”, para desenvolver as forças produtivas e planificar de forma racional e científica a produção em benefício da maioria.

É com esse objetivo estratégico, e se apoiando nas tendências de luta contra os ajustes, arrocho salarial e avanço do privatismo, que cabe à militância revolucionária impulsionar a revolta estudantil, e de professores e técnicos, como uma via para unificar sua luta com as lutas proletárias e dos assalariados contra os ataques e as privatizações, derrotando os governos e avançando a luta de classes. Para isso, se deve organizar ao redor da política proletária aqueles que estudam e trabalham no interior das universidades, e se expressar politicamente no governo tripartite e na defesa da autonomia das universidades diante a burguesia e seus governos. ●

## Estudantes ocupam universidades nos EUA contra genocídio em Gaza

Nas duas últimas semanas de abril, foram noticiadas as manifestações estudantis em campus universitários dos EUA, que foram ocupados por barracas, faixas e bandeiras pró-Palestina. As manifestações que ocorriam em uma dezena de universidades pelo país, se intensificaram com a repressão ocorrida em 22 de abril, quando mais de 100 pessoas foram presas, na Universidade de Columbia, no estado de

Nova York. Após isso, as ocupações de campus aumentaram, chegando a ultrapassar mais de 80, com mais prisões, que ultrapassaram as 1.000.

O movimento exige que as universidades se posicionem contra o Estado de Israel, rompendo os acordos de cooperação científica. Mesmo com as prisões e as ameaças vindas das reitorias, os estudantes e mesmo professores seguem sua mobilização, inspirando estudantes de

outras partes do mundo, como se viu na ocupação da Universidade de Paris, em 26 de abril, também tendo como reivindicação o posicionamento da universidade, o rompimento dos acordos e a solidariedade ao povo palestino.

Essas recentes manifestações se ligam às que a classe operária e as massas em todo o mundo têm realizado contra o genocídio de Israel contra a faixa de Gaza. O boicote ao envio de armas e insumos para

o genocídio, as manifestações de rua, as ocupações são meio da luta de classes que podem potencializar a resistência palestina, impondo aos governos que auxiliam diretamente o Estado sionista de Israel a cessarem com todos os acordos, diplomáticos, econômicos, científicos. É com os métodos da ação direta que as massas mundiais podem impor uma derrota ao imperialismo e ao sionismo e mostrar a solidariedade aos palestinos. ●